



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

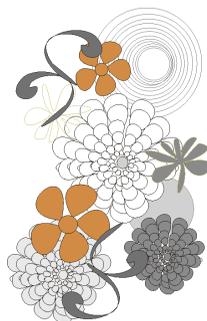
Mulheres no Parlamento Cearense

**MEMORIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ – MALCE
DEPUTADO PONTES NETO**

Osmar Diógenes
Organizador
(Pesquisa e Contextualização)

*Mulheres no
Parlamento Cearense*

2ª edição
Revista e atualizada



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

Fortaleza - 2015

Copyright: © 2015 by Assembleia Legislativa do Estado Ceará
Coordenação, pesquisa e contextualização histórica: Osmar Maia Diógenes
Assessoria de pesquisa: Annelise Grieser, Edwirges Ximenes e Ma. Teresa Diógenes
Curadoria da Exposição: Lídia Sarmiento
Projeto Gráfico de Capa: Gotardo Freire
Impressão e Acabamento: Gráfica do INESP
Projeto Gráfico e Diagramação: Ma. Teresa Diógenes
Digitação: Ma. Teresa Diógenes e Wlândia Taveira
Revisão: Ma. Teresa Diógenes

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento

C387m

Ceará. Assembleia Legislativa. Memorial Pontes Neto.
Mulheres no parlamento cearense / organizador, Osmar Maia Diógenes. - 2.ed. - Fortaleza: INESP, 2015.
124p. : Il. ; 21cm.

ISBN: 978-85-7973-067-2

1. Mulher, atuação política. I. Diógenes, Osmar Maia.
II. Título.

CDDdir: 341.2531

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro, desde que citados autor e fontes.

EDITORA INESP

Av. Desembargador Moreira, nº 2807 –Ed. Senador César Cals, 1^o andar
Dionísio Torres Fortaleza/CE CEP: 60.170-900
Tel: (85)3277 3701 – Fax: (85)3277 3707
www.al.ce.gov.br/inesp e-mail: inesp@al.ce.gov.br

MEMORIAL DEPUTADO PONTES NETO

Av. Desembargador Moreira, nº 2807 - sala 116
Dionísio Torres Fortaleza/CE CEP: 60.170-900
Tel: (85)3277 3727 – 3277 3700
e-mail: memorial@al.ce.gov.br



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

**29ª Legislatura
Mesa Diretora 2015 – 2016**

Deputado José Albuquerque
Presidente

Deputado Tin Gomes
1º Vice - Presidente

Deputado Daniel Oliveira
2º Vice - Presidente

Deputado Sérgio Aguiar
1º Secretário

Deputado Manuel Duca
2º Secretário

Deputado João Jaime
3º Secretário

Deputado Joaquim Noronha
4º Secretário

**MEMORIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ – MALCE**

DEPUTADO PONTES NETO

Presidência: Osmar Diógenes

Curadoria: Lídia Sarmiento

Coordenadoria Administrativa: Martha Abreu

Assessoria Executiva: Venúzia Ribeiro

Assessoria de Imprensa e Marketing: Edna Pontes e Fernanda Maciel

Preservação, Restauração e Manutenção: Edwiges Pinheiro Ximenes

Apoio Administrativo:

Edna Camarço

Lígia Castelo Branco

Rosana Araújo

Coordenadoria de Pesquisa: Annelise Grieser

Assessoria de Pesquisa Histórica:

Carlos Pontes

Daniel Gonçalves

Paulo Roberto Fernandes

Produção Audiovisual: Tadeu Nobre

Coordenadoria do Setor Educativo: Socorro Medeiros

Assessoria do Setor Educativo:

Cléa Menezes

Germana Pontes

Ivana Costa

Rubens Rocha

Coordenadoria de Mediação: Maria Teresa Diógenes

Mediadores:

Ariadna Carvalho

Eveline Freitas

Luiz Otávio Maia

Rodolfo Farias

Estagiária:

Débora Santos

HOMENAGEM



foto: www.super.abril.com.br

Ao ensejo da publicação do presente texto, cabe-nos a oportunidade de homenagear e ressaltar a trajetória pioneira de Luiza Alzira Soriano Teixeira, sua luta e participação no processo eleitoral, a primeira mulher brasileira, e em toda América Latina, a disputar e a eleger-se pelo voto popular

Nasceu em Jardim de Angicos/RN, a 29 de abril de 1897. Em 1928, aos 31 anos, disputou as eleições para a Prefeitura de Lajes/RN, pelo Partido Republicano, vencendo o pleito com 60% dos votos. Permaneceu à frente da prefeitura por apenas sete meses, quando foi deposta, por conta da Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas.

Com a redemocratização, em 1945, voltou à atividade pública como vereadora, eleita por mais duas vezes, liderando na região as ações partidárias da União Democrática Nacional. Foi presidente da Câmara por dois mandatos. Faleceu no dia 28 de maio de 1963.

Mostra-nos a história que a Constituição Republicana de 1891 não proibia o voto feminino, já que considerava como eleitores os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos. Ironicamente, a interpretação à época era considerar-se cidadão brasileiro apenas o homem.

Em 1914, a nossa homenageada casou-se, prestes a completar 17 anos. Em 1919, Alzira Soriano, aos 22 anos, já era genitora de duas filhas, e grávida, aguardava o tempo do nascimento do terceiro filho. Seu pai, Miguel Teixeira de Vasconcelos, representava uma das principais lideranças políticas da região de Jardim de Angicos, no Rio Grande do Norte, residindo no município de Lajes. Há tempo dedicava-se à candidatura de seu genro, casado com Alzira, o jovem e talentoso advogado Thomaz Soriano de Souza, Promotor de Justiça, para disputar o governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Naquele tempo, o navio europeu de nome *Demerara* aportou no Brasil, trazendo em seu bojo a célebre e devastadora gripe espanhola. Rapidamente, a terrível epidemia alastrou-se no país, e já presente no mundo inteiro, deixou um saldo tenebroso de 40 milhões de óbitos no planeta.

O marido de Alzira foi uma das vítimas de tão nefasta desgraça, deixando-a viúva aos 22 anos, com três filhos ainda pequenos e responsável pela condução do destino futuro da família. Como patrimônio, ficou-lhe uma fazenda próxima ao município de Lajes/RN, na qual Alzira fixou residência, dedicando-se com invulgar disposição aos desafios das labutas rurais.

Seus dotes de inteligência e capacidade administrativa levaram-na a tão bem gerir a família e os negócios da propriedade, que bem cedo passou a merecer dos moradores da região o reconhecimento, aplausos, respeito e admiração, pelos resultados positivos de seu trabalho.

Em 1928, num lance corajoso e pioneiro no Brasil, candidatou-se à prefeita do município de Lajes, recebendo

maciço apoio popular. Foi a primeira mulher brasileira a disputar uma eleição, amplamente vitoriosa.

Ressalte-se que, naquele tempo, vigorava na mentalidade da classe social e política brasileira, uma medieval e nociva mentalidade machista. Incontestável, pois, o mérito pessoal dessa notável mulher e corajosa guerreira, exemplo histórico para o Brasil, e para toda a América Latina, retrato do vigor, da firmeza de caráter, capacidade e inteligência da mulher nordestina.

Ao curso das pesquisas realizadas acerca da presença feminina nas Casas Legislativas brasileiras, anotamos que Maria do Céu Pereira Fernandes foi a primeira mulher brasileira eleita deputada estadual.

Inscrita sob a legenda do Partido Popular, em 1935, no Rio Grande do Norte, obteve 12.058 votos. Seu mandato foi cassado pelo Estado Novo em 1937.



Deputada Maria do Céu Fernandes

fonte: www.al.rn.gov.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
PREFÁCIO	19
INTRODUÇÃO	21
Mulheres na Assembleia Legislativa	27
Zélia Mota	29
Douvina de Castro	31
Maria Lúcia Corrêa	33
Maria Luiza	36
Maria Dias	38
Shylene Aguiar	41
Cândida Figueiredo	42
Gorete Pereira	44
Fábíola Alencar	47
Inês Arruda	49
Patrícia Saboya	51
Anapaula Cruz	55
Gislaine Landim	57
Íris Tavares	60
Leda Moreira	62
Luizianne Lins	63
Meire Costa Lima	65
Rachel Marques	67
Tânia Gurgel	71
Lívia Arruda	77
Bethrose	78
Dra. Silvana	79
Eliane Novais	82
Fátima Leite	84
Fernanda Pessoa	86
Mirian Sobreira	88
Aderlânia Noronha	90

Augusta Brito	92
Laís Nunes.....	94
Mulheres na Câmara Federal	97
Moema São Thiago	99
Maria Luiza	101
Gorete Pereira.....	102
Luizianne Lins.....	103
Mulheres no Senado Federal.....	105
Alacoque Bezerra	107
Patrícia Gomes	109
Mulheres na Câmara de Vereadores de Fortaleza	111
BIBLIOGRAFIA	117

APRESENTAÇÃO

Desde 1822, quando o Brasil constituiu-se como nação, ao advento da República, em 1889, o voto reservava-se tão somente ao sexo masculino.

A Constituição do Império, em todo o ciclo do 1º e 2º Reinados, deixava-se influenciar pela concepção então vigente que a atividade feminina deveria estar voltada à família e afazeres domésticos, deixando aos homens os assuntos de Estado.

Com o advento do Manifesto Republicano de 1870, e as ideias ali contidas acerca da igualdade dos direitos humanos, surge em 1880 um movimento organizado por mulheres, visando sensibilizar o Congresso Nacional para incluir nas pautas parlamentares a discussão do direito do voto feminino e a consequente condição de receber votos.

A primeira Constituição Republicana de 1891 abriu a perspectiva da participação feminina no processo eleitoral, sem, no entanto, consolidá-lo. Na prática, o primeiro fato concreto sobre o sufrágio feminino registrou-se no Estado do Rio Grande do Norte, em 1927, com a Lei nº 660, de 25 de outubro do mesmo ano, permitindo que todos os cidadãos que atendessem às condições exigidas, sem distinção de sexo, poderiam votar e ser votados.

Em 25 de novembro daquele ano, a professora Celina Guimarães inscreveu-se como a primeira eleitora do Brasil. Nas eleições ocorridas no Rio Grande do Norte, no dia 5 de abril de 1928, foi eleita a primeira mulher, Alzira Soriano, para ocupar um cargo eletivo, como prefeita da cidade de Lajes. Infelizmente, a Co-

missão de Poderes do Senado não permitiu que concluísse o mandato, além de ter anulado todos os votos das mulheres que haviam se alistado no Estado.

Coube a Getúlio Vargas instituir o voto feminino, incluindo esse direito no Código Eleitoral Provisório, através do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Registre-se que o decreto não objetivou o direito em sua plenitude, pois as mulheres casadas teriam que ter a "autorização" do marido, e as viúvas e solteiras de fazer prova de rendas financeiras. Essas restrições foram abolidas no Código Eleitoral de 1934, permanecendo a regra de que somente o voto masculino era obrigatório.

Somente com a redemocratização do País, a partir de 1946, o voto feminino passou a ser obrigatório, instalando-se a absoluta igualdade de direitos e deveres quanto aos sexos, e uma presença crescente de mulheres detentoras de mandatos eletivos. Mesmo assim, ainda estamos distante do equilíbrio quantitativo de mulheres nas Casas Legislativas, não chegando a 10% das cadeiras na Câmara Federal e a 14% no Senado.

Numa tentativa de fazer crescer a representação feminina foi aprovada a Lei nº 9.100, de setembro de 1995, estabelecendo que 20%, no mínimo das vagas, por partido ou coligação, são reservadas às mulheres. Essa matéria foi revista pelo Congresso através da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelecendo um mínimo de "trinta por cento e o máximo de setenta por cento" para candidaturas de cada sexo. Em julho de 2009, um novo Projeto de Lei, sob nº 5498/09, ofereceu nova redação à matéria: "cada partido ou coligação preencherá o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo." Houve no caso em pauta uma alteração do verbo "reservar" para o verbo "preencher".

Associando-se às comemorações do “Dia Internacional da Mulher”, festejado a oito de março, num trabalho conjunto do Memorial (Malce), Inesp e Coordenadoria de Comunicação Social, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará promoveu uma exposição acerca da presença feminina nos quadros eletivos desta Casa do Povo, no período de 21 de março a quatro de abril de 2012.

No ano de 2011, o Memorial publicou o livro “Mulheres no Parlamento Cearense”. O texto ora posto a público é um complemento da edição anterior, com inclusão das deputadas eleitas posteriormente, à presente data.

Deputado José Albuquerque

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PREFÁCIO

8 de Março

Dia Internacional da Mulher

A ideia de um “Dia Internacional da Mulher” surgiu a partir da incorporação da mão de obra feminina na virada do século XX. No contexto da Primeira Guerra Mundial, manifestações das mulheres russas contra a entrada do seu país na guerra, acirradas pelas péssimas condições de trabalho, precipitaram uma greve das operárias da indústria têxtil, em 8 de março de 1917. Os protestos foram considerados o estopim da Revolução Russa naquele mesmo ano. Leon Trotsky assim registrou o evento:

Em 23 de fevereiro (8 de março no calendário gregoriano) estavam planejadas ações revolucionárias. Pela manhã, a despeito das diretivas, as operárias têxteis deixaram o trabalho de várias fábricas e enviaram delegadas para solicitarem sustentação da greve. Todas saíram às ruas e a greve foi de massas. Mas não imaginávamos que este ‘dia das mulheres’ viria a inaugurar a revolução.

Desde antes, porém, o processo para instituir um dia que homenageasse a mulher já vinha sendo considerado pelas socialistas americanas e europeias, entre elas, a líder comunista alemã, Clara Zetkin. Durante o II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, em 1910, ela propôs uma data para lembrar as operárias mortas durante um incêndio ocorrido numa fábrica de Nova York, em 1857. No entanto, há controvérsias quanto a essa versão. Segundo dados, o incêndio que preenche o imaginário coletivo relacionando-se ao do Dia Internacional da Mulher foi o que aconteceu nos Estados Unidos meio século depois, numa fábrica têxtil.

Suposições à parte, a consagração do direito de manifestação pública só veio a se cristalizar com o apoio da Or-

ganização das Nações Unidas (ONU) que designou o ano de 1975 como o “Ano Internacional da Mulher”. Em dezembro de 1977, o dia 8 de março foi oficialmente adotado pelas Nações Unidas o “Dia Internacional da Mulher”, não apenas para lembrar a trajetória de conquistas sociais, políticas e econômicas das mulheres, mas também para marcar posição contra a discriminação e violência a que muitas delas ainda são submetidas em todo o mundo.

No ano de 2011, associando-se às comemorações pela data, e dando continuidade ao projeto gerado ainda na gestão do presidente Domingos Filho, a Assembleia entendeu ser oportuno homenagear, na pessoa da Presidente Dilma Rousseff, todas as mulheres que ao longo da infatigável luta por igualdade de espaços, souberam com inestimável sentido de perseverança e justiça inscrever o seu nome na história. Sem dúvida alguma, ao ser a primeira mulher eleita para o cargo mais alto do país, Dilma Rousseff demonstrou que a mulher não apenas está pronta para assumir as mais altas responsabilidades públicas, como também sinaliza que o caminho está aberto para tantas outras, às mais diversas conquistas.

Osmar Diógenes

Presidente do Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará
Secretário Geral do Instituto do Ceará
(Histórico, Geográfico e Antropológico)

INTRODUÇÃO

Mulher, Educação e Política

A causa da condição de inferioridade vivida pela mulher ao longo da história, ainda hoje é bastante discutida no mundo inteiro. Há quem diga que a situação de opressão e subordinação feminina deveu-se à sua constituição física, supostamente mais frágil do que a do homem. Outros apregoam que as desigualdades tiveram início com o surgimento da propriedade privada, das classes sociais e do Estado, que ao favorecer os homens através dos meios de produção, colocaram a mulher em situação economicamente desfavorável.

Em que pese as distintas teses e análises das condições naturais e culturais de ambos os sexos, há que se levar em conta um fator preponderante que, ao longo dos tempos, teve poder decisivo nas ações de cada gênero: a educação. Ao receberem, homem e mulher, instrução diferenciada e atribuições distintas, logo tornou-se natural que os papéis desempenhados por cada um tivessem um peso desigual na balança estrutural da sociedade.

A educação no Brasil-colônia teve início com a Igreja, no entanto o ensino ministrado pela instituição não permitia às mulheres estudar o mesmo conteúdo dos homens, somente lhes eram ensinadas técnicas manuais e atribuições domésticas. No Brasil, até meados do século XIX o analfabetismo era símbolo de nobreza e virtude para a classe feminina. Com a mudança da Corte Portuguesa para o Brasil surgiram as primeiras escolas não religiosas destinadas à educação da mulher, entretanto os conhecimentos continuavam restritos aos trabalhos "do lar", a não ser pelo ensino da língua portuguesa, repassado nos moldes do antigo primário.

Às mulheres era negado o direito a frequentar escolas masculinas não apenas para evitar sua ascensão intelectual

e o conseqüente desejo de liberdade, mas também porque, segundo a Igreja, o convívio das diferenças poderia provocar relacionamentos libidinosos e espúrios. Para completar o quadro de exclusão, as pesquisas revelam que a participação das mulheres na vida pública, durante o Império, era praticamente nula. Assim como o eram também os escravos, sequer considerados cidadãos pela primeira Carta Magna do País, a Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Contrariando, porém, essa norma social, a mesma Constituição assegurava aos descendentes da família real e herdeiros da sucessão ao trono, o privilégio de assumirem o cargo de Senador a partir dos vinte e cinco anos, enquanto que, para os demais, a idade limite era quarenta anos. Tal prerrogativa possibilitou à Princesa Isabel tornar-se a primeira e única mulher Senadora do Brasil no período que antecedeu a República, a partir da 14ª Legislativa até o final do Império.

O quadro só começou a mudar a partir da segunda metade do século XX, quando algumas mulheres ansiosas por conhecimento deixaram o país para estudar no exterior. Ao retornar, passaram a lutar pelo direito à educação e pela participação na vida pública. O acesso feminino ao ensino superior somente foi autorizado pelo governo brasileiro a partir de 1879, e apenas no início do século XX homens e mulheres obtiveram permissão para estudar juntos.

As reivindicações pelos direitos políticos foram fortalecidas pela agitação republicana, no final da década de 1880, dando início ao movimento sufragista. Porém, mesmo com a proclamação da República, em 1889, a Constituição de 1891, considerada a mais breve e a mais liberal de todas, desconsidera a mulher como sendo um indivíduo dotado de direitos, embora não mencione expressamente sua exclusão ao voto. Em 1919, surgiu a "Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher", embrião da "Federação Brasileira pelo Progresso Feminino" fundada em 1922, por Bertha Maria Júlia Lutz, bióloga e ativista que teve papel fundamental nos avanços e conquistas políticas das mulheres. Nessa época, o Brasil era um país predominantemente agrícola, sendo que,

ao final da década de 20, o capital do setor cafeeiro e as transformações advindas do capitalismo industrial fizeram com que o comércio e as fábricas gradativamente absorvessem mulheres. O espaço recém-adquirido no mercado de trabalho foi um dos fatores que contribuiu para que as mulheres paulatinamente tivessem um posicionamento fora do núcleo privado, formando frentes de luta de classe.

Em 1932, através do Código Eleitoral Provisório, finalmente as mulheres adquirem o direito de sufrágio, no entanto a conquista deixa a desejar, uma vez que apenas as mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras com renda podiam votar. As restrições ao pleno exercício do voto feminino só foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934, entretanto apenas o voto masculino era obrigatório. A chance de votar só aconteceu efetivamente para as mulheres em 1945, com a redemocratização do país após a queda da ditadura do Estado Novo. O voto feminino só passou a ser obrigatório em 1946.

Nas décadas de 1960 e 1970, a repressão volta ao Brasil, que passa a viver sob a ditadura militar. Não obstante a coação e independentemente de partidos políticos, idade e classe social, as mulheres conseguiram organizar-se formando uma militância contra o autoritarismo. Paradoxalmente, podemos dizer que do ponto de vista jurídico, a despeito do regime de exceção, foi somente a partir da Constituição de 1967 que a igualdade entre homens e mulheres, de fato, começou a firmar-se. No artigo 150, § 1º lê-se: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. O preconceito de raça será punido pela lei."

A partir dos anos 80, com o processo de redemocratização instaurado no país, a elaboração da nova Constituição brasileira foi fundamental para que a atuação das mulheres obtivesse legitimidade para suas reivindicações, provocando a conquista de direitos legais, inclusive na esfera da política institucional. Decretada e promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988, a última Carta Magna do país

trouxe dispositivos de grande importância para o fim da discriminação sofrida pelas mulheres ao garantir-lhes, expressamente, o direito à igualdade, nos termos do art. 5º, inciso I, e ao assegurar-lhes a titularidade da plena cidadania, deflagrando, desse modo, uma verdadeira revolução no que tange à inserção feminina nos espaços sociais.

Nesse período foram criados os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais da Condição Feminina, as delegacias da mulher, os coletivos de mulheres nos partidos e sindicatos e a implementação da Lei das Cotas. Porém, essas instâncias de representação e reconhecimento político não determinaram um equilíbrio entre homens e mulheres em termos de representação no Legislativo. A intensa participação política das mulheres continua majoritariamente nos espaços informais de poder. Isso significa que, embora muitas mulheres exerçam a direção de associações de bairro e de organizações civis em geral, essa participação não é refletida, na mesma proporção, quando analisamos os poderes institucionais do Estado brasileiro. As chefias de órgãos e entes públicos ainda são, na maioria, ocupadas por homens, inclusive no Congresso Nacional.

No Ceará, a participação da mulher na política não se restringiu aos cargos eletivos. Antes mesmo do Código Eleitoral de 1932, duas delas já se encontravam inscritas como eleitoras. Os pedidos de inscrição de Carmelita Barcelos Aboim e Creusa do Carmo Rocha foram deferidos em 04 de outubro de 1928 pelo Juiz Carlos Livino de Carvalho, seguindo o fundamento dos artigos 69 e 70 da Constituição Federal de 1891: “cidadãs brasileiras, maiores de 21 anos, alfabetizadas”.

A participação feminina nos espaços de decisão política no Ceará só foi acontecer efetivamente a partir de 1947, quando foram eleitas quatro vereadoras: Isabel Oliveira Ramos (Aquiraz), Zélia Martins Ramos (Cariré), Filomena Sampaio Martins e Aldenora Bezerra Lins (Milagres). Somente em 1950, Maria Eulália Odorico de Moraes foi eleita a primeira mulher vereadora da capital cearense. Desse mo-

mento em diante, as mulheres, sempre associadas a papéis da vida privada, começam a ser citadas como participantes diretas no processo político. Um fato notadamente significativo dessa mudança foi a eleição de Maria Luiza Fontenele como Prefeita de Fortaleza, em 1986, primeira mulher a ser eleita prefeita de uma capital no país.

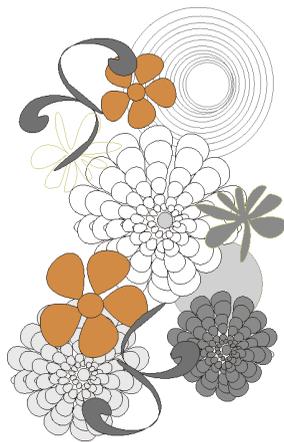
Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, o Ceará constitui o oitavo maior eleitorado do país, sendo as mulheres a maioria, chegando ao percentual de 52% do total de eleitores. No entanto, apesar do crescente engajamento feminino na vida pública do Estado nos últimos anos, pode-se considerar ainda tímida a participação da mulher na política cearense. Tomando-se como exemplo as eleições de 2010 para deputado estadual, dos 46 candidatos eleitos, apenas seis são mulheres, e mais uma que assumiu como suplente. Para o pleito de 2014, não houve maiores mudanças: dos 46 eleitos, sete mulheres, e mais uma suplente que assumiu até a publicação deste livro.

Vale salientar que essa representação minoritária não é exclusividade nossa. A presença de mulheres nos parlamentos mundiais não chega a 20%, segundo dados da União Interparlamentar (UIP)¹. São pouquíssimos os países que se aproximam da paridade de gênero. O Brasil ocupa uma das últimas posições no ranking da UIP, com aproximadamente 10% de presença feminina na Câmara dos Deputados e no Senado. O percentual é muito baixo, também, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais, entre 11% e 12%. Esse quadro deve-se a diversos motivos, entre os quais o não cumprimento por parte dos partidos políticos brasileiros da legislação que assegura uma cota por sexo, mínima de 30% e máxima de 70%, para as candidaturas nas eleições proporcionais

¹ União Interparlamentar (UIP) é a organização internacional dos parlamentos dos Estados soberanos, com sede em Genebra (Suíça), criada em 1889.



Mulheres na Assembleia Legislativa





Zélia Mota

Maria Zélia Mota

1975/1978 → ARENA – Aliança Renovadora Nacional

Nasceu em Fortaleza/CE, a 20 de junho de 1934. Filha de Joaquim da Mota Silva e de Joana Gomes da Silva.

Casada com Francisco Silva Mota. Seus filhos: Marcondes José, Magdalena, Zélia Gomes Mota, Fernando Antônio e Caroline Gomes Mota.

Tabeliã. Titular do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Itapajé/CE.

Membro de tradicional família política da região norte do Estado, seu irmão Raimundo Gomes da Silva foi Deputado Estadual e Federal em várias legislaturas, ex-presidente do Poder Legislativo cearense, em 1961 e 1968; seu outro irmão José Gomes da Silva foi também integrante do Poder Legislativo como Deputado Estadual.

Deputada Estadual de 1975 a 1978, Maria Zélia Mota foi a primeira mulher cearense a ocupar este honroso cargo eletivo.

No Parlamento Estadual, exerceu a Terceira-Secretaria da Casa do Povo (biênio 1975/76), presidindo, em algumas ocasiões, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará durante seu mandato.

Recebeu consagrada votação em 70 municípios cearenses, notadamente Apuiarés, Itapajé, Pentecoste e região do Vale do Curu e da Serra de Uruburetama.



Atualmente residindo em Itapajé, encontra-se à frente do Cartório do 1º Ofício do referido município.

Como Serventuária da Justiça, exerce relevante papel social e de cidadania, junto à população de sua terra por adoção, dedicando-se, ainda, às causas sociais, ligadas, sobretudo, à ajuda e ao amparo dos menos favorecidos.

Douvina de Castro

Douvina Aleuda Eduardo de Castro

1979/1982 → ARENA – Aliança Renovadora Nacional

1983/1986 → PDS – Partido Democrático Social

Nasceu em Limoeiro do Norte/CE, a 23 de março de 1941. Filha de Manoel Castro Filho e de Osmira Eduardo de Castro.

De seu casamento com Dirceu de Figueiredo Neto (in memoriam) nasceram os filhos Ricardo Castro Figueiredo e Marília de Figueiredo Rosas.

Graduou-se em Administração de Empresas e Direito pela Fundação Educacional Edson Queiroz – Unifor.

Ao lado de seu pai, Manoel de Castro, Deputado Estadual, Vice-Governador e Governador, iniciou sua carreira política nas eleições de 1978, integrando os quadros da União Democrática Nacional – UDN. Transferiu-se para a Aliança Renovadora Nacional – ARENA, em princípios de 1964. Com as transformações político-partidárias em curso, passou a integrar o Partido Democrático Social.

A essa época, seu genitor foi indicado para compor a chapa do Governador Virgílio Távora, como Vice-Governador. Douvina candidatou-se então a Deputada Estadual, tendo sido eleita com a expressiva votação de 30.836 sufrágios.

Para a legislatura de 1983/86, foi reeleita, conquistando um número ainda maior de votos: 36.299.



Na Assembleia Legislativa, ocupou a presidência da Comissão de Mineração e Recursos Hídricos e a Vice-Liderança do Governo do Estado, na gestão do então Governador Gonzaga Mota.

Defendeu a implantação e viabilização do Promovale – Projeto de Irrigação do Vale do Jaguaribe, criado por seu pai, centrando sua atuação junto aos órgãos regionais, em particular a Sudene – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, em parceria com os deputados Ciro Gomes e Maria Dias.

Atuou fortemente em defesa da mulher sertaneja, defendendo na tribuna da Casa do Povo, a saída das trabalhadoras do sexo feminino das frentes de serviço, colocando-as em atividades produtivas mais condizentes com sua condição física e psicológica. Incentivou a participação feminina nas ações de artesanato e trabalhos artísticos manuais, introduzindo-as em novo mercado de trabalho.

Serventuária da Justiça no Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Zona, ocupando as funções de Oficial Substituto.

Em 1986, foi indicada para o cargo de Procuradora do Tribunal de Contas dos Municípios onde desempenhou suas relevantes funções até 1999, quando afastou-se por aposentadoria.

Dedica-se com o maior empenho às atividades filantrópicas, atuando na Fundação São Lucas, entidade mantenedora do Hospital e Maternidade de Morada Nova. É também membro da Associação das Mulheres de Negócios de Fortaleza. Atua como Conselheira do Rotary Fortaleza Sul, do qual já foi presidente.

Maria Lúcia Corrêa

Maria Lúcia Magalhães Corrêa

1979/1982 → ARENA – Aliança Renovadora Nacional

1987/1990 → PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

1991/1994; 1995/1998 → PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

Nasceu em Senador Pompeu/CE, filha de Adalberto Benevides de Magalhães e de Perpétua Sá Benevides de Magalhães. Casada com Danilo Dalmo da Rocha Corrêa e pais de Lúcia Maria, Inês Maria, Edson, Eveline Maria, Danilo, Adriano, Isabela e Antônio.

Educadora. Graduada em Filosofia Pura pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, em 1951. Professora por vocação e formação, lecionou nos colégios Rui Barbosa, Farias Brito e Janusa Corrêa, onde foi Diretora Geral por 17 anos.



Seu ingresso na vida pública se deu na administração do Engenheiro Danilo Dalmo da Rocha Corrêa, seu esposo, na Prefeitura Municipal de Caucaia, onde, na condição de Secretária de Educação, desenvolveu trabalho de grande avanço na educação municipal.

Seu primeiro mandato parlamentar levou-a à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará onde, sob a orientação do seu sogro, o político Edson da Mota Corrêa, desenvolveu trabalho na área de educação e de infraestrutura, com a construção de escolas que possibilitaram o aumento dos níveis educacionais da população do município de Caucaia.

Em 1986, retornou ao Parlamento Estadual onde exerceu por dois anos a Presidência da Comissão de Educação e a 3ª Secretaria da Mesa Diretora da Casa do Povo. Naquela legislatura, atuou como Deputada Constituinte, participando da redação de artigos referentes à educação, ciência e tecnologia, com o apoio da Universidade Estadual do Ceará. Foi articuladora, junto ao Governador Tasso Jereissati, na implantação da Escola da Fundação Bradesco, em Caucaia.

Seu terceiro mandato parlamentar, iniciado em 1990, deu-lhe a oportunidade de ocupar, novamente, a Presidência da Comissão de Educação, onde promoveu o 1º Fórum da Educação na Constituição, participando também como membro das Comissões de Meio Ambiente e de Direitos Humanos e Vice-Presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços.

Em 1º de setembro de 1998, retornou à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, assumindo o seu mandato até o final da legislatura. Sob sua iniciativa, foi realizada uma sessão solene em homenagem ao Centenário do Deputado Edson da Mota Corrêa, que dignificou o Parlamento por sete mandatos consecutivos.

Entre os cargos e funções desempenhados em sua extensa e profícua carreira pública, Maria Lúcia Corrêa exerceu:

- a Presidência do Conselho Estadual de Apoio à Pessoas Portadoras de Deficiências, em 1984;
- a Direção do Departamento de Ensino (DEN) e a Chefia do Gabinete do Secretário de Educação do Estado do Ceará, Prof. Irapuan Aguiar, em 1983;
- a Presidência da Associação Cristã Feminina de Caucaia, da qual foi fundadora;
- a Presidência do Movimento Social de Caucaia;
- a Presidência do PSDB de Caucaia.

Maria Lúcia teve o privilégio de passar o legado de sua carreira política à sua filha Inês Arruda e à sua neta Lívia Arruda, ambas eleitas Deputadas Estaduais, dando,

assim, continuidade ao compromisso da família com o povo e o município de Caucaia.

Presidente da Associação de Proteção à Saúde, à Maternidade e à Infância de Caucaia, mantenedora do Hospital Maternidade Dr. Paulo Sarasate.

Pelos relevantes serviços prestados ao Município de Caucaia, recebeu o título de Cidadã Caucaense, outorgado pelo Prefeito Domingos Pontes, através da Lei nº 465, de 12 de abril de 1988.

Maria Luiza

Maria Luiza Menezes Fontenele

1979/1982 → MDB – Movimento Democrático Brasileiro

1983/1986 → PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Filha de Antonino Fontenele e de Diva de Menezes Fontenele. Nasceu na Serra do Estevão, em Quixadá/CE, a 27 de novembro de 1942.

De seu casamento com Agame-non Tavares de Almeida nasceu Andréa Fontenele de Almeida.

Socióloga/Professora Universitária. Graduou-se em Serviço Social em 1965. Fez curso de mestrado em Sociologia, na Universidade de Vanderbilt, no Estado de Tennessee, Estados Unidos da América.



Professora aposentada de Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Mantém sua coerência política e ideológica desde a época de estudante. Sua vida pública tem sido uma continuada luta em prol das causas populares e das liberdades democráticas.

Deputada Estadual em duas legislaturas: 1979 e 1983, pelo PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Recebeu consagrada votação em Fortaleza e foi sufragada nos municípios de Aratuba, Caucaia, Quixadá e Tauá, entre outros.

Prefeita de Fortaleza no período de 1985 a 1988, foi a primeira mulher petista a ser eleita democraticamente para administrar uma capital brasileira. Sua gestão, que alcançou

repercussão política nacional, foi marcada por intensa participação popular.

Eleita Deputada Federal pelo PSB – Partido Socialista Brasileiro, em 1990. Durante seu mandato, participou, no Congresso Nacional, da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Também integrou a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a prostituição infantil no Brasil. Defendeu a educação pública de qualidade, a reforma agrária e a reforma urbana.

No Congresso Nacional, empreendeu ferrenha luta em prol da anistia ampla, geral e irrestrita; das reformas agrária e urbana e por habitação popular. Defendeu a educação pública de qualidade e o controle do meio ambiente, entre outras causas. Participou ativamente da luta dos trabalhadores, tanto no que se refere à melhoria de condições salariais quanto à implantação de planos de cargos e carreiras.

Mesmo sem exercer mandato eletivo, Maria Luiza continua em plena militância, participando das lutas populares e atuando fortemente na comunidade, em prol das causas voltadas à liberdade de expressão, reforma agrária, democracia e direitos humanos, através do Movimento Crítica Radical.

Maria Dias

Maria Dias Cavalcante Vieira

1983/1986 → PDS – Partido Democrático Social

1987/1990 → PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Filha de Valdemar Dias Cavalcante e de Josefa Costa Cavalcante. Nasceu em Monsenhor Tabosa/CE, a 31 de maio de 1947.

Viúva do ex-deputado José Vieira Filho (Mazim). Do casamento nasceram os filhos Diana (in memorian), Marcelo, Lívia, Aline e José Vieira de Lima Neto.

Professora Universitária. Graduou-se em Economia Doméstica na Escola Doméstica São Rafael, em Fortaleza. Bacharelou-se na Universidade Estadual do Ceará em 1978, e especializou-se no Centro de Estudos Sociais Aplicados da mesma Universidade, em 1992/93, na área de Administração de Recursos Humanos.

Tem Mestrado em Gestão Pública e Modernização Administrativa da Universidade do Vale do Acaraú, e Universidade Internacional de Lisboa – 1999/2002. Possui formação em Inteligência Emocional, cumprido no Instituto Mário Kozinner, em 1999, em Fortaleza/CE.

Membro da Associação dos Supervisores de Educação do Estado do Ceará – ASSECE, desde 1978; presidente fundadora da Associação das Primeiras Damas Municipais do Ceará (1985/88); membro do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, de 1986 a 1994; presidente do movimento de promoção social de Boa Viagem/CE (1983/88).



Detém, ainda, treinamento em nível de extensão cultural nas seguintes áreas: dinâmica de grupo (1973); estrutura, funcionamento e doutrina do ensino supletivo (1975); organização de secretaria – IBAM/Rio de Janeiro (1974); treinamento de pessoal técnico e administrativo (1976); curso integrado de liderança e processo decisório (1980); curso prático de orientação administrativa – UFC; curso de administração hospitalar – Escola de Administração do Ceará (1972); e curso de administração – MEC/DESU/CETEB (1978).

Compõe seu currículo profissional o desempenho das seguintes funções:

- Secretária de Educação e Cultura do Município de Monsenhor Tabosa (1968);
- Secretária de Educação, Saúde e Bem-estar Social de Boa Viagem (1969-1974);
- Secretária de Administração do Estado do Ceará (1987-1989);
- Diretora Superintendente do Serviço de Assistência Médica de Boa Viagem (1973-1975);
- Diretora de Aprendizagem e Qualificação DESU – Secretaria de Educação do Estado do Ceará (1975-1976);
- Presidente da Comissão do Mobral no Município de Boa Viagem (1971-1974) e Assessora Administrativa desta Prefeitura (1976-1978);
- Supervisora Escolar da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (1978-1982) e da TV Educativa (1982);
- Consultora do Governo do Estado de Mato Grosso para fins de reforma administrativa (1991-1992);
- Sócia gerente do Instituto de Desenvolvimento Pessoal e Criatividade (1991-1997) e Consultora de Organização Administrativa e Recursos Humanos (1991-1999);
- Professora de estrutura e funcionamento do ensino básico, política educacional, didática e ação docente

supervisionada nos cursos especiais de formação de professores de ensino fundamental (1999-2002); professora de metodologia do trabalho científico, curso de pedagogia em regime especial (1999-2002); e professora orientadora de ação docente supervisionada de cursos especiais da Universidade Estadual do Ceará, nos municípios de Aracoíaba, Caucaia e Fortim (1999-2002).

Deputada Estadual por duas legislaturas: 1983/86, como suplente, e 1987/90, eleita pelo PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

No Poder Legislativo Cearense, ocupou a Vice-Presidência da Comissão de Serviço Público, foi membro das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, além de Vice-Líder do Governo. Diretora Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, no biênio 1993/1994.

Exerce atividades no magistério, como professora convidada da Universidade Estadual do Ceará, da Universidade do Vale do Acaraú e no Instituto Superior de Teologia Aplicada – INTA.

Shylene Aguiar

Maria Shylene Osterno Aguiar Silveira

1991/1994 → PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

Nasceu em Marco/CE, a 14 de maio de 1950, filha de Francisco Aguiar e de Maria José Osterno Aguiar. Casada com José Ricardo Silveira, são pais de Ticiano, Leonardo, Chailine e Chilaine. Irmã do ex-deputado estadual Rogério Aguiar.

Empresária. Tem a formação de professora – Curso Normal – graduando-se no Colégio Maria Gorete, em Fortaleza. Logo em seguida, abraçou o ramo empresarial na área de móveis, em sociedade com seu irmão Jacaúna Aguiar.



Ingressou na política elegendando-se Deputada Estadual, participando da legislatura 1991/1994. Seu foco de atuação dirigiu-se, sobretudo, às populações carentes dos municípios de Amontada, Bela Cruz, Itapipoca, Marco, Massapê, Morrinhos e Senador Sá.

Batalhou pela construção de poços profundos e passagens molhadas. Promoveu a instalação de escolas, pugnou pela melhoria das estradas e da assistência médica, sobretudo aos mais necessitados.

Ao término de seu mandato, retornou às atividades no setor privado, no ramo de movelaria.

Cândida Figueiredo

Cândida Maria Saraiva de Paula Pessoa

1995/1998 → PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

2003/2006 → PPB – Partido Progressista Brasileiro

Cândida Figueiredo nasceu a 08 de outubro de 1953, em Fortaleza/CE, filha de Tocantines Martins Saraiva e de Joana Castro Lima.

Casada com Tomás Antônio Albuquerque de Paula Pessoa. São pais de Fátima Laurênia, Joana Carolina e Tomás Filho.

Engenheira Civil. Cândida Figueiredo começou sua vida profissional como Engenheira Civil na COHAB em 1982.

Eleita Deputada Estadual para a Legislatura de 1995/1998 já desempenhava desde 1993 atividades políticas como primeira-dama do Município de Santa Quitéria, onde seu marido, Tomás Figueiredo, era Prefeito.

Presidente da Comissão de Defesa Social, fez importantes ações voltadas à segurança pública e à defesa do cidadão, sempre buscando a integração social no sentido de prevenir ou reduzir os índices de violência e criminalidade no Estado do Ceará.

Fez parte como membro Titular da Comissão de Viação e Transporte, e de Desenvolvimento Urbano e Interior, e membro Suplente da Comissão e Agropecuária e Recursos Hídricos, Comissão de Trabalho e Serviço Público e Comissão de Defesa do Consumidor. Vice-líder do Governo de fevereiro



a dezembro de 1995, e vice-líder do PDT – Partido Democrático Trabalhista, de fevereiro a setembro de 1997.

Assumiu, novamente, cadeira no Legislativo cearense em junho de 2003, desta feita pelo PPB, devido afastamento provisório do deputado Raimundo Macedo.

Assumiu a Presidência da Ceasa – Centrais de Abastecimento do Ceará S/A, no período de março de 2004 a março de 2006.

Seu trabalho muito dignificou o papel do parlamentar, especialmente o da mulher no Legislativo. Recebeu importantes títulos, homenagens, principalmente por sua atuação como primeira-dama de Santa Quitéria. Defendeu ardorosamente projetos e emendas em prol de melhorias para a população, e em especial para a sua base eleitoral na Região Norte do Estado do Ceará.

Diretora Administrativa da empresa Maxpneu, em Maracanaú/CE.

Gorete Pereira

Maria Gorete Pereira

1995/1998; 1999/2002 → PFL – Partido da Frente Liberal

Nasceu em Juazeiro do Norte/CE, a 10 de abril de 1952. É filha de Antônio Pereira da Silva e de Tereza de Souza Pereira. Mãe de Marielle Pereira Regadas.

Fisioterapeuta. Tem pós-graduação em Tecnologia Educacional. Professora adjunta e chefe de departamento da Universidade de Fortaleza. Seu livro “Mecanoterapia” serve de disciplina básica no curso de Fisioterapia da Unifor.

Em seu ofício de Fisioterapeuta, desenvolveu intenso trabalho social, dedicado à defesa dos direitos da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e, principalmente, em prol dos portadores de necessidades especiais. E foi esse trabalho que a levou a ingressar na política, pois sentiu que ela lhe permitiria lutar com mais condições pelos interesses das pessoas com necessidades especiais.

Presidente do Sindicato de Fisioterapia e Terapia Ocupacional no período de 1979 a 1985; e presidente da Associação Beneficente Cearense de Reabilitação – ABCR em Fortaleza, de 1990 a 2004.

Eleita vereadora de Fortaleza em 1988 com expressiva votação, sendo reeleita em 1992. Nessas legislaturas, exerceu os seguintes cargos na Câmara Municipal:



- Vice-Presidente da Mesa Diretora – 1990/1992 e 1992/1994;
- Presidente da Comissão de Saúde;
- Presidente da Executiva Municipal do PFL;
- Vice-Presidente da Executiva Estadual do PFL.

Em 1994, foi eleita deputada estadual, reeleita em 1998, sempre com grandes margens de votos. Nesse período exerceu as seguintes atividades:

- Líder do PFL – 1999/2001;
- Membro da Comissão dos Direitos Humanos e Cidadania 1999/2001;
- Presidente da Comissão do Meio Ambiente 1996/1998;
- Membro da Comissão de Saúde – 1992/1994.

Como suplente de deputado federal na legislatura 2003/2006, Gorete Pereira assumiu o mandato em dois períodos distintos: entre junho e outubro de 2004, e de janeiro a julho de 2005.

Voltou à Câmara Federal em 2006, conseguindo eleger-se com expressiva votação. Nos dois períodos legislativos, Gorete integrou as seguintes Comissões Permanentes da Câmara Federal:

- de Seguridade Social e Família;
- de Trabalho, Administração e Serviço Público;
- de Viação e Transportes.

Participou ainda das comissões mistas de Planos, Orçamento Público e Fiscalização, cuja Comissão teve a participação de apenas duas mulheres, tendo sido designada para integrar o Comitê de Avaliação das Informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

Comissões Especiais:

- PEC nº 120/95 – Proteção do Trabalho do Menor;
- PL nº 1.858/99 – Menores Desaparecidos;

- PL nº 3.638/00 – Estatuto do Portador de Necessidades Especiais;
- PL nº 6.952/02 – Sistemas Nacionais de Saúde;
- PLP nº 01/07 – Limite de Despesas com Pessoal.

Teve participação em várias frentes parlamentares, como as de Saúde, da Segurança Pública, das Políticas Públicas de Juventude, pela Cidadania GLBT, de Defesa da Criança e do Adolescente, de Defesa do Projeto de Integração do Rio São Francisco, da Pesca.

Foi reconduzida, em 2010 e 2014, à Câmara Federal pelo PR – Partido da República. Vice-presidente do PR estadual e presidente do PR Mulher no Ceará.

Integra a Bancada Feminina da Câmara Federal. Na Procuradoria Especial da Mulher, órgão da Câmara responsável por fiscalizar denúncias de violência e discriminação contra a mulher, ocupa o cargo de Procuradora-adjunta.

Gorete Pereira é uma parlamentar comprometida com o segmento da saúde e tem pautado sua vida na política com decência, dedicação e muito trabalho em prol do povo cearense, em especial daquelas pessoas portadoras de necessidades especiais e funcionários públicos.

Fabíola Alencar

Fabíola Alencar de Biscuccia

1999/2002 → PPB – Partido Progressista Brasileiro

2003/2006 → PPB – Partido Progressista Brasileiro

Nasceu no Crato/CE, a 06 de março, filha de Francisco das Chagas Alencar e de Maria Matutina de Alencar Filha.

Casada com Ricardo de Macedo Biscuccia. São pais de Leonardo, Sylvia Maria e Ricardo Filho.

Fisioterapeuta, formada pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1980. Foi professora colaboradora da Universidade Regional do Cariri – Urca. cursou seus estudos fundamental e médio no Colégio São João Bosco, no Crato, e no Colégio Esuda, em Recife/PE.



Eleita Deputada Estadual pelo PPB para a Legislatura de 1999/2002. Assumiu, também, suplência em 2003, devido ao afastamento da deputada Cândida Figueiredo (que, à época, exercia a suplência do deputado Raimundo Macedo). Fabíola Alencar assumiu a vaga temporariamente, já que foi convidada pelo governador Lúcio Alcântara para ocupar outro cargo (vide abaixo).

Exerceu os seguintes cargos públicos:

- Secretária de Estado da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente;
- Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente;

- Presidente do Conselho Consultivo da ARCE (Agência Reguladora de Serviços Públicos e Delegados do Estado do Ceará);
- Presidente do Conselho dos Direitos Humanos do Ceará;
- Em 2003, foi nomeada pelo Governador do Estado do Ceará, para constituir a formação do Conselho Estadual dos Portadores de Necessidades Especiais;
- Em 2004, foi eleita Vice-Prefeita do Crato, com mandato até 31/12/2008;
- Em 2005, exerceu o cargo de Secretária de Educação do Crato, filiando-se ao Partido Democrático Trabalhista – PDT.

Exerce sua profissão de Fisioterapeuta, no Crato/CE.

Inês Arruda

Inês Maria Corrêa de Arruda

1999/2002 → PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
2003/2006; 2011/2014 → PMDB – Partido do Movimento Democrá-
tico Brasileiro

Nasceu em Caucaia/CE, a 19 de novembro. Filha de Danilo Dalmo da Rocha Corrêa, Prefeito de Caucaia de 1976 a 1982, e de Maria Lúcia Magalhães Corrêa, Deputada Estadual por quatro mandatos. Neta de Edson da Mota Corrêa, Deputado Estadual por sete Legislaturas, e de Janusa Rocha Corrêa.

Dando continuidade à tradição política da família, destaca-se por sua inteligência e capacidade no desempenho dos cargos que assumiu. Casada com José Gerardo Oliveira Arruda Filho, Deputado Federal (1991/1994 – 2003/2006) e Prefeito de Caucaia (1997/2000). Inês Arruda e José Gerardo Arruda são pais de Lívia Arruda (Deputada Estadual, eleita em 2006), Maria Lúcia e José Gerardo (Deputado Federal, eleito em 2010).

Terapeuta Ocupacional. Formada pela Universidade de Fortaleza – Unifor, no ano de 1994. Concluiu o Curso Pedagógico no Colégio Janusa Corrêa, onde iniciou sua vida profissional como Professora, sendo também Vice-Diretora e depois Diretora daquele estabelecimento de Ensino (no turno da noite). Exerceu, ainda, a Direção Administrativa do Hospital Maternidade Dr. Paulo Sarasate, em Caucaia.



Em 1997, como primeira-dama do Município, presidiu a Fundação de Estudos e Projetos Especiais de Caucaia, quando implantou os seguintes Programas:

- Crescer Feliz (Creches para atendimento a crianças de 02 a 06 anos);
- Projeto Bom de Bola (apoio à Juventude, com direcionamento ao esporte);
- Nascer Feliz (fornecimento de registro civil para as crianças recém-nascidas);
- Conviver Feliz (atendimento aos idosos);
- Produzir Feliz (treinamento que objetiva a geração de emprego e renda para os jovens e os adultos);
- Cidadão Feliz (que tem no cerne da sua filosofia o resgate da cidadania caucaiense).

Eleita Deputada Estadual com a considerável votação de 80.917 votos no pleito de 1998. Presidente da Comissão de Transportes. Em 2002, reconduzida ao Legislativo estadual, renunciou ao mandato dois anos depois, para assumir a Prefeitura de Caucaia, dando continuidade ao compromisso com as causas sociais, com destaque para a Educação e a Saúde. Na 28ª Legislatura, assumiu cadeira como suplente, na Assembleia Legislativa, representando o PMDB, quando obteve 23.787 votos.

Presidente da Comissão da Juventude. Membro das comissões de Direitos Humanos e Cidadania, da Infância e Adolescência, de Orçamento, finanças e Tributação, de Fiscalização e Controle, de Seguridade Social e Saúde, de Indústria, Comércio, Turismo e Serviços, e de Cultura e Esporte.

Patrícia Saboya

Patrícia Lúcia Saboya Ferreira Gomes

1999/2002 → PPS – Partido Progressista Social

2011/2014 → PDT – Partido Democrático Trabalhista

Nasceu em Sobral/CE, a 10 de outubro de 1962. Filha de José Saboya Neto e de Maria Marly Mendes Saboya. Neta do já falecido e também senador Plínio Pompeu.

De seu casamento com Ciro Ferreira Gomes nasceram Lívia Saboya Gomes de Albuquerque, Ciro Saboya Ferreira Gomes, Yuri Saboya Ferreira Gomes e Maria Beatriz Mendes Saboya. Formou-se em Pedagogia em 1988, pela Unifor.

Sua atividade parlamentar voltou-se à luta pelo fim da violência contra a mulher e dos direitos femininos. Autora do projeto transformado em lei acerca da extensão da licença maternidade para seis meses. Tem atuação especial na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Primeira-dama do município de Fortaleza nos anos de 1989 e 1990, tempo em que presidiu a Operação Fortaleza (Opefor), onde teve a oportunidade de desenvolver diversos projetos, dentre os quais a implantação de brinquedotecas nas escolas e creches na rede pública da capital. Criou dois importantes projetos: os ABC's (Aprender, Brincar e Crescer) e o SOS Criança, quando primeira-dama do Estado, período em que esteve à frente do Movimento de Promoção Social do Estado; da Comissão Intersetorial de Ações para a Criança e para o Adolescente do Estado; da



Associação das Primeiras Damas do Estado e do Conselho Contra a Fome e a Miséria no Ceará.

Nessa mesma época, chefiou a Delegação Brasileira no Seminário de Prevenção às Drogas e Elaboração de Projetos, realizado em Boston, Estados Unidos, e no III Encontro das Primeiras Damas da América e do Caribe, em São José, Costa Rica.

Eleita Vereadora à Câmara municipal de Fortaleza, em 1996, pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, sendo a mais votada. Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização e da Comissão de Educação Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Fortaleza (1997/98).

Nas eleições gerais de 1998, foi eleita Deputada Estadual pelo Partido Popular Socialista – PPS, ao qual esteve filiada de 1996 a 2005. Em 2000, concorreu à Prefeitura de Fortaleza. No ano de 2005, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro – PSB, e em 2007, ao Partido Democrático Trabalhista – PDT.

Líder do PPS na Assembleia Legislativa. Participou da Comissão de Defesa do Consumidor e da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, onde exerceu a Vice-Presidência, tendo sido indicada por seus pares para representar aquela Casa no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), no Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente no Ceará, e no Fórum Cearense de Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Eleita Senadora da República, pelo PPS, para o exercício de fevereiro de 2003 a janeiro de 2011, assumiu várias funções no Congresso Nacional.

Coordenadora, em 2003, da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, movimento suprapartidário composto por 134 deputados e 25 senadores. Entre 2003 e 2004, foi integrante das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Relações Exteriores

(CRE), de Assuntos Sociais (CAS), além de ter exercido a presidência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. De 2003 até o início de 2007, exerceu a função de Vice- Líder do Governo Lula no Senado. O trabalho desenvolvido à frente da CPMI teve repercussão internacional. Em setembro de 2004, a convite do Unicef, fez viagem oficial à Espanha, Itália e França, onde falou sobre os resultados das investigações da CPMI e seus desdobramentos para os representantes da instituição nesses três países. Em outubro do mesmo ano, participou, como única palestrante brasileira, da 1ª Conferência Mundial de Mulheres Parlamentares em Defesa da Criança e do Adolescente, realizada no Parlamento italiano, em Roma, onde falou sobre o panorama da violência sexual no Brasil. No final da Conferência, Patrícia foi escolhida para integrar o Comitê de Coordenação da Rede Mundial de Mulheres Parlamentares, ficando responsável pelas ações na América Latina e no Caribe. Em julho de 2005, participou, em Genebra, Suíça, da primeira reunião de trabalho do Comitê.

Em 2005, a Senadora assumiu novos desafios no Congresso: foi eleita Vice-Presidente da CAS, passou a integrar a nova Comissão de Desenvolvimento Regional e continuou como membro titular da CAE.

Em 2006, continuou a desempenhar importantes funções no Parlamento, tais como, titular das Comissões de Assuntos Sociais, Econômicos e Desenvolvimento Regional e, ainda, suplente das Comissões de Educação e de Constituição e Justiça.

Em 2007, assumiu a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais - CAS, e integrante titular das Comissões de Direitos Humanos (CDH), e de Desenvolvimento Regional (CDR).

A atuação parlamentar de Patrícia Saboya destacou-se pela clareza de suas atitudes, pela postura incontestável na defesa de uma vida digna e feliz para todos os brasi-

leiros, enfocando, principalmente o bem-estar da criança e do adolescente.

Em 2010, foi eleita Deputada Estadual pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT. Indicada pela Mesa Diretora da 28ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Ceará, Reitora da Universidade do Parlamento Cearense – Unipace. Vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e membro da Comissão da Infância e Adolescência.

Comprometida com a gestão pública, Patrícia Saboya foi eleita Conselheira do TCE-CE por unanimidade, durante votação secreta na Assembleia Legislativa, em 27 de fevereiro, através do Decreto Legislativo 02/14, de autoria da Mesa Diretora, que a indicou para o cargo.

Sua nomeação foi assinada pelo governador do Ceará, Cid Ferreira Gomes, em 10 de março de 2014. Patrícia Saboya foi empossada no cargo pelo presidente Valdomiro Távora, em solenidade realizada no dia 31 de março de 2014. A nova Conselheira assumiu na vaga decorrente da aposentadoria do conselheiro emérito Pedro Timbó.

Anapaula Cruz

Ana Paula Gomes da Cruz Napoleão

2003/2006 → PFL – Partido da Frente Liberal

2007/2010 → PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

2011/2014 → PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Nasceu em Juazeiro do Norte/CE, a 22 de dezembro de 1963. Filha de Carlos Cruz e de Maria do Socorro Gomes de Figueiredo Cruz.

Casada com Edilberto Napoleão de Araújo. São seus filhos: Stephanie, Carlos Alyson e Ana Paula. Cedo se habituou a conviver com a política, uma vez que seu pai foi prefeito do município, além de ter exercido diversos mandatos como deputado estadual.

Bacharel em Serviço em Pedagogia. Tem se dedicado, porém, de forma quase exclusiva, ao exercício da profissão de Assistente Social por entender que pode contribuir para o crescimento social da população e para a melhoria da qualidade de vida das populações mais carentes. Nesse sentido, teve marcante atuação em Juazeiro do Norte quando exerceu, até bem pouco tempo, o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania daquele município.

Anapaula Cruz representou a Região do Cariri na Assembleia Legislativa, não somente por ter nascido ali e pela tradição política da sua família em toda aquela área, mas também por ter recebido votação na maioria dos municípios que compõem a região: Juazeiro do Norte (sua principal base eleitoral), Aracoiaíba, Assaré, Barbalha, Campos



Sales, Caririaçu, Cariús, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jucás, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri.

Eleita em 2002, pelo PFL – Partido da Frente Liberal, com 42.633 votos. Assumiu a suplência na legislatura de 2007/2010, pelo PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, quando obteve 30.793 votos; e também na 28ª Legislatura, já pelo PRB – Partido Republicano Brasileiro, com 29.852 sufrágios.

Durante seu mandato, Anapaula Cruz lutou pela geração de emprego e renda; construção de casas populares; combate às drogas e à violência contra a mulher; implantação de mais cursos universitários; melhorias para o homem do campo; desenvolvimento industrial, comercial e turístico; e implantação de hospitais regionais.

Gislaine Landim

Maria Gislaine Santana Sampaio Landim

2003/2006 → PSB – Partido Socialista Brasileiro

Filha de José Gilvan Leite Sampaio e de Maria Santana Sampaio. Nasceu em Rubiataba/ GO, a 15 de maio de 1962. Tem nível superior incompleto.

Viúva do ex-deputado e ex-presidente da Assembleia Legislativa Wellington Landim. Do consórcio nasceram Guilherme, Wellington Filho, José Gilvan Neto e Bárbara Sampaio Landim.

Estudante do Curso de Direito, Gislaine Landim é descendente de uma tradicional família política da região do Cariri, no Sul do Estado do Ceará. Seu avô paterno, José Matias Sampaio, agropecuarista, militou na política de Brejo Santo durante toda a vida comandando os destinos políticos do município por quase duas décadas. Seguindo o exemplo do pai socialista, o filho Juarez Leite Sampaio elegeu-se por três vezes prefeito municipal de Brejo Santo.

Os pais de Gislaine Landim, ainda jovens, mudaram-se para o Estado de Goiás, precisamente, para a cidade de Rubiataba, onde fixaram residência e prosperaram no ramo de medicamentos. José Gilvan Leite Sampaio, sempre atuante na política da municipalidade rubiatabense, elegeu-se vereador.

Gislaine Landim tem uma tradicional política socialista, destacando-se sua decisão de servir aos mais humildes, marginalizados e sacrificados. A ex-parlamentar é conhecida



pela sua luta para dar condições de vida mais dignas e mais humanas àqueles que vivem à margem da sociedade.

Foi assim quando exerceu o cargo de primeira-dama do município de Brejo Santo (1989-1992, quando o marido, Wellington Landim era prefeito municipal). Durante esta administração, Gislaine era a mais entusiasta na conquista de obras e benfeitorias para o povo mais simples de Brejo Santo. Foram inúmeras as viagens a Fortaleza em busca de recursos e da liberação de projetos sociais.

Conseguiu, com sua determinação e ousadia, creches para as crianças mais carentes, casas populares, saneamento básico, água potável, lazer, educação, cestas básicas, postos de trabalhos, gerando emprego e renda para a população de baixa renda.

Destacando-se na luta em prol dos mais carentes e das crianças e adolescentes, Gislaine Landim foi eleita deputada estadual em 2002, obtendo 31.685 votos no total, sendo 11.118 apenas em Brejo Santo, numa prova do sucesso de seu trabalho no município cariense. Na Assembleia Legislativa do Ceará, ela continuou o trabalho em defesa da população pobre, ampliando a sua ação para os que viviam nas áreas de risco da Grande Fortaleza, através de visitas à periferia e nas comissões parlamentares.

Ao chegar à Assembleia Legislativa do Ceará, a deputada Gislaine Landim foi eleita, por unanimidade, presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, uma das mais importantes da Casa. Durante sua gestão, comandou 52 reuniões, inclusive, a que apurou denúncias de abusos sexuais contra crianças e adolescentes no Ceará. Durante as audiências que apuraram as denúncias, diversas pessoas foram ouvidas, inclusive, lideranças políticas, empresariais e comunitárias, numa prova de pluralidade que tomou a Comissão da Assembleia Legislativa.

O relatório final foi enviado aos mais diversos órgãos competentes, como Governo do Estado, Prefeitura de Fortaleza, Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, Minis-

tério Público Federal e Ministério Público do Ceará para as devidas providências.

Na Assembleia Legislativa, seu mandato foi marcado pela luta em favor da educação, saúde, lazer e pelos projetos de Transposição de Águas do Rio São Francisco e da Ferrovia Transnordestina.

Emendas ao Orçamento 2007

- Valor: em torno de R\$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil reais).
- Localização geográfica: concentradas na Região do Cariri, nos municípios de Brejo Santo, Mauriti, Umari, Assaré e Antonina do Norte.
- Tipologia: obras de infraestrutura e ações de fortalecimento às políticas públicas para as mulheres, adolescentes e crianças.
- Brejo Santo: abastecimento d'água, construção de moradias, posto de saúde e estradas vicinais.
- Umari: posto de saúde, construção do anexo do colégio, construção de escolas infantis, construção de quadras poliesportivas, ampliação do hospital e estradas vicinais.
- Mauriti: construção de moradias para famílias de baixa renda e construção de poços profundos.
- Estado do Ceará: manutenção dos centros de educação infantil, ABC's e circos escolas (Secretaria da Ação Social), Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, instalação de Delegacia da Defesa da Mulher e Programa de Convivência com o Semiárido.

Íris Tavares

Maria Íris Tavares Farias

2003/2006 → PT – Partido dos Trabalhadores

Nasceu a 02 de novembro de 1959, em Juazeiro do Norte/CE. Filha de Cícero Farias e de Leonete Tavares Farias. Viúva de Francisco Macedo Maia. São seus filhos Elânio Márcio, Elane Mirela e Eline Mara.

Formada em História pela Universidade Regional do Cariri - Urca, com especialização em Planejamento e Políticas Educacionais, também pela Urca. Tem Mestrado em Políticas Públicas e Gestão na Educação Superior, pela Universidade Federal do Ceará – UFC.



Durante seu mandato parlamentar foi membro da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania e presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido.

Atuação Profissional

- Técnica da Área de Operação e Projeto da Teleceará, no período de 1980 a 1998.
- Dirigente Sindical da Secretaria da Mulher no Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações – Sintel, no período de 1994 a 1998.
- Presidente da Associação dos Artistas e Amigos da Arte da Região do Cariri – AMAR, no período de 1998 a 2000.

- Professora Substituta da Universidade Regional do Cariri – Urca nos cursos de História e Economia, no período de 2000 a 2003.
- Educadora no Projeto da Escola Nordeste da CUT/CE. Formação de Jovens e Adultos no segmento dos Trabalhadores Rurais, no período de 2001 a 2002.
- Dirigente do Fórum da Mesorregional Araripe que trata do Desenvolvimento Regional com viés na sustentabilidade e inclusão social e engloba a articulação do Semiárido do Pernambuco, Piauí e Ceará, no período de 2002 a 2007.
- Diretora Administrativa Financeira da Companhia de Transporte Coletivo do Município de Fortaleza – CTC, no período de 2007 a 2009.
- Presidente do Instituto Municipal de Pesquisa Administração e Recursos Humanos – IMPARH.

Participação em Eventos:

- Seminário Internacional: Mulheres e Política – Iniciativa do Serviço de Relações Exteriores da Província de Hainaut com a colaboração das ONG's: O Mundo Segundo as Mulheres e Solidariedade Socialista. Bruxelas – Bélgica, 2005.
- I Feira de Economia Ecosolidária realizada em Trento Itália, 2005.
- Encontro Internacional Europa-Brasil sediado em Trento – Campanha de Combate ao Turismo Sexual, representando o Parlamento Cearense em articulação na Região de Veneto no nordeste da Itália, 2005.
- XV Congresso Internacional Del Clad sobre La Reforma Del Estado y de La Administración Pública, 2010.

Coordenadora da unidade de gerenciamento do projeto de desenvolvimento produtivo e de capacidades, na Secretaria estadual do Desenvolvimento Agrário, desde junho de 2015.

Leda Moreira

Maria Leda Moreira e Silva

2003/2006 → PSL – Partido Social Liberal

Maria Leda Moreira e Silva nasceu a 08 de setembro de 1965 em Fortaleza/CE. Filha do ex-vereador Agostinho Moreira e de Maria Santana Moreira e Silva. Irmã do deputado estadual Agostinho Moreira. Casada com Klébio César da Rocha.

Advogada formada pela Unifor (Universidade de Fortaleza). Deputada Estadual no período de 2003/2006. Na Assembleia, foi membro das comissões de Defesa do Consumidor, Defesa Social e de Fiscalização e Controle, participou também da Comissão de Enfrentamento da Violência Contra Mulher.



Eleita vereadora de Fortaleza pelo PSL para o período 2009/2012 com 10.029 votos. Membro da Comissão do Orçamento, Finanças, Controle e Fiscalização; da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Emprego e Renda e da Comissão da Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso.

Reeleita vereadora de Fortaleza, pelo PSL, para o período de 2013/2016, com 8.279 votos. Membro das Comissões Técnicas de Defesa dos Direitos do Consumidor, de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente, de Orçamento, Fiscalização e Administração Pública.

Luizianne Lins

Luizianne de Oliveira Lins

2003/2006 → PT – Partido dos Trabalhadores

Nasceu em 18 de novembro de 1968, em Fortaleza/CE. Filha de José Sérgio Austragésilo Lins e de Luíza Maria de Oliveira Lins.

De sua união com Sérgio Novais, nasceu Tiê Lins Novais.

Jornalista. Formada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Concluiu pós-graduação em Comunicação Social, Publicidade e Propaganda na Universidade de Fortaleza – Unifor. Professora concursada do Curso de Comunicação Social da UFC.



Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores em 1989 e milita nos movimentos de esquerda desde 1987. Iniciou a faculdade em 1988, tornando-se presidente do Centro Acadêmico – CA, em 1990. Dois anos depois é eleita presidente do Diretório Central dos Estudantes – DCE, da UFC e, em 1993, diretora da União Nacional dos Estudantes – UNE. Com militância no Movimento Estudantil, credenciouse para o cargo de Secretária Estadual de Juventude do PT.

Funcionária pública concursada na Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização – Emlurbe, onde permaneceu durante dez anos. Também trabalhou como pesquisadora e supervisora de campo do Instituto de Pesquisa Datafolha, assumindo por sete anos a vice-coordenação do Instituto, no Ceará. Professora de fotografia do Colégio Batista Santos Dumont, entre 1990 e 1994.

Vereadora mais votada do Partido dos Trabalhadores – PT, em 1996, eleita com 5.336 votos e, em 2000, reeleita. Na Câmara Municipal, ocupou a presidência da Comissão de Defesa da Mulher, da Juventude e da Criança, criada na Câmara Municipal a partir de um projeto de resolução de sua autoria.

Em 2002, foi eleita Deputada Estadual, a quarta mais votada no Estado e a primeira entre as mulheres, com 60.821 votos. Na Assembleia, ocupou o cargo de presidente da Comissão de Agropecuária e Recursos Hídricos. Suplente das Comissões de Orçamento, Finanças e Tributação; de Educação, Cultura e Desporto; de Ciência e Tecnologia, e de Defesa Social.

Sua atividade parlamentar sempre priorizou, dentre as várias áreas de atuação, a Educação, a Juventude, a Cultura, a Sexualidade, o Movimento Popular, as questões de Gênero, de Meio Ambiente e de Defesa dos Direitos Humanos.

Em outubro de 2004, foi eleita Prefeita de Fortaleza, obtendo 620.174 votos.

Como destaque da sua primeira gestão está a redução das mortalidades infantil e materna, e a ampliação dos programas federais como Saúde da Família e Bolsa Família. Outras prioridades levantadas pela Gestão Fortaleza Bela foram: a limpeza de canais, rios, riachos e lagoas próximos a áreas habitadas em situação de risco e o maior programa de construção de casas populares da história do Município.

Em 05 de outubro de 2008, Luizianne Lins se reelegeu Prefeita de Fortaleza. Nas eleições de 2014, foi eleita Deputada Federal pelo PT, com 130.717 votos.

Na Câmara dos Deputados, é membro titular das Comissões Permanentes de Desenvolvimento Urbano; de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Turismo, além de suplente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Meire Costa Lima

Luzia Maria Rocha Costa Lima

2003/2006 → PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

Nasceu em Maracanaú/CE, a 29 de outubro de 1961, filha de Francisco Pedro da Silva e de Tereza Nilza Rocha da Silva.

Casada com Júlio César Costa Lima, ex-prefeito de Maracanaú e deputado estadual. São pais de Júlio César Filho, eleito Deputado Estadual para esta 28ª Legislatura, Thiago e Pedro Neto.

Pedagoga. Formou-se pela Universidade Vale do Acaraú – UVA em 2001. Psicopedagoga, Meire Costa Lima iniciou sua vida pública como Secretária de Ação Social, do município de Maracanaú, desenvolvendo importantes projetos em prol da população.

Exerceu funções em diversos setores da sociedade no município de Maracanaú: professora no Centro Educacional Gustavo Barroso; Agente Administrativo no Hospital de Maracanaú; Secretária da Ação Social; Diretora do Departamento Administrativo da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio; Presidente do Movimento de Promoção Social.

Sempre participando da vida pública ao lado do marido, elegeu-se Deputada Estadual no ano de 2002 pelo PSDB. Militante presente em benefício dos direitos das mulheres, tem em suas conquistas a luta e a obtenção da construção da delegacia da mulher em Maracanaú. Esteve ao lado da classe estudantil durante todo o seu mandato, e



conseguiu a aprovação da meia passagem de ônibus para a Região Metropolitana.

Estudou Direito na Universidade de Fortaleza (Unifor), a ex-deputada atua ainda como membro da diretoria do Movimento das Mulheres do Legislativo Cearense – MMLC, que trabalha diretamente com causas sociais e em defesa da maior visibilidade para a questão da mulher no cenário social e político.

Rachel Marques

Rachel Ximenes Marques

2003/2006; 2007/2010; 2011/2014; 2015/2018 → PT –
Partido dos Trabalhadores

Rachel Ximenes Marques nasceu em Fortaleza/CE, a 05 de novembro de 1961. Filha de Joaquim Alves Ximenes e de Maria Audice Souza Ximenes.

Casada com José Ilário Gonçalves Marques, ex-deputado estadual. Do consórcio nasceram Maíra e Víctor.

Psicóloga. Formada pela UFC – Universidade Federal do Ceará. Também é especialista em Educação Infantil, Gestão para Executivos e Mestre em Saúde Pública.



Iniciou sua militância política, durante os anos 80, no movimento estudantil. Na época, participava da Pastoral Universitária e das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Esse engajamento levou Rachel Marques a optar pelo Partido dos Trabalhadores, estando filiada desde sua fundação no Ceará.

De 1993 a 1996, foi Secretária do Trabalho e Ação Social de Quixadá. Na sequência, de 1997 a 1998, foi presidente da Fundação Municipal de Profissionalização e Geração de Emprego, Renda e Difusão Tecnológica (Profitec), em Fortaleza, e da Fortur – Fundação de Turismo de Fortaleza, em 1999.

Rachel Marques assumiu a Secretaria de Saúde e Assistência Social de Quixadá, no período de 2001 a 2002, a

fim de disputar as eleições à Assembleia estadual. Durante o Governo Lula, no período de 2003 a 2004, Rachel Marques exerceu a presidência da Companhia Docas do Ceará, empresa que administra o Porto de Fortaleza. Líder da Bancada do PT na Assembleia Legislativa. Presidiu a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) Contra Exploração de Crianças e Adolescentes na Casa.

Em 2015, 29ª Legislatura, assumiu cadeira, como suplente, na vaga do deputado Jeová Mota (PROS), que se licenciou para ocupar a Secretaria do Esporte, a convite do governador Camilo Santana. Presidente da Comissão de Educação Superior. Membro das comissões de Ciência e Tecnologia, de Fiscalização e Controle, e de Desenvolvimento Regional, Recursos Hídricos e Pesca.

Regina Cardoso

Regina Lúcia Cardoso Barbosa

2003/2006 → PL – Partido Liberal

Regina Cardoso nasceu em Limoeiro do Norte/CE, a 05 de abril de 1954. Filha de Elias Fernandes Cardoso e de Maria Ivanise Osterne Cardoso.

De seu casamento com José Hamilton Saraiva Barbosa (in memorian), ex-prefeito de Aracati (2001/2004), nasceram Roberta Cardoso Barbosa de Almeida e Sabrina Cardoso Barbosa.

Migrou ainda criança com os pais para o município de Aracati onde ali no Instituto São José concluiu o 1º grau. Em seguida, estabeleceu-se em Fortaleza para dar continuidade aos estudos, terminando o 2º grau no Colégio Rui Barbosa.

Iniciou muito cedo sua luta pelas causas sociais na Associação das Voluntárias da Caridade. Secretária de Ação Social no município de Aracati no período de 1997 a 2003. Seu trabalho foi premiado durante sete anos consecutivos pela revista "Ceará e Municípios" por 18 projetos desenvolvidos voltados para mulheres, crianças e adolescentes, que contribuíram ao município de Aracati ganhar, em nível nacional, o prêmio Prefeito Amigo da Criança, da Fundação Abrinq. Secretária de Ação Social no município de Icapuí no período de junho de 2009 a agosto de 2010.



Assumi o mandato parlamentar por dois meses. Em 2008, disputou o cargo de Prefeito de Aracati, pelo PRB – Partido Republicano Brasileiro, não logrando êxito.

Distante da política, cursou Serviço Social na Faculdade do Vale do Jaguaribe. Regina Barbosa está aposentada, encerrando assim suas atividades políticas.

Tânia Gurgel

Tânia de Fátima Gurgel Nobre

2003/2006; 2007/2010 → PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

Nasceu a 24 de abril de 1955, em Acopiara/CE. Filha de Raimundo Gurgel e Silva e de Maria Magaly Moreira Gurgel. Casada com Raimundo Carlos Nobre.

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará – Uece (1982) com Especialização em Saúde do Adolescente pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Participou da Escola de Formação de Governantes.

Eleita Deputada Estadual em 2002, exercendo efetivamente o seu mandato de 01/01/2003 a 31/12/2006 e de 03/04/2009 a 03/08/2009 como suplente.



Participação na Assembleia Legislativa:

- Relatoria da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará, de abril a dezembro de 2005.
- Comissões Técnicas, como membro titular: de Defesa do Consumidor; de Direitos Humanos e Cidadania; Meio Ambiente; de Agropecuária e Recursos Hídricos (vice-presidente) e de Defesa Social (vice-presidente).
- Comissões Técnicas, como membro suplente: de Orçamento, Finanças e Tributação; de Fiscalização e Controle; de Educação, Cultura e Desporto; de Se-

gurança Social e Saúde; de Viação, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Interior.

- Membro Titular do Conselho de Ética.
- Presidente da Comissão de Meio Ambiente.
- Presidente da Frente Parlamentar pela Infância.

Representou a Assembleia Legislativa nos seguintes Conselhos Estaduais:

- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA;
- Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA;
- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH;
- Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE;
- Conselho Estadual de Defesa Civil – COEDEC.

Na administração do PSDB foi:

- Presidente da Comissão Provisória Municipal;
- Presidente reeleita da 82ª Zona Eleitoral;
- Presidente Estadual do PSDB Mulher no Ceará; e
- 2ª Vice-presidente Nacional do PSDB Mulher.

Na área pública, ocupou os seguintes cargos:

- Diretora do Centro Educacional José Moacir Bezerra, de abril a agosto de 1986;
- Presidente da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará – Febemce, nomeada em 13 de fevereiro de 1992;
- Presidente da Fundação da Ação Social – FAS, de 14 de maio de 1996 a 22 de fevereiro de 1999;
- Subsecretária do Trabalho e Ação Social – Setas, de 24 de fevereiro de 1999 a 04 de abril de 2002.

Participação em Cursos e Seminários:

- Programa de Capacitação em Gestão Social – UFC, Banco do Nordeste, Cetrede;
- Curso de Capacitação em Gestão Social/Civil da Presidência da República;
- Programa de Capacitação Gerencial de Modelagem da Gestão Estadual – FIA/Universidade de São Paulo;
- Capacitação de Conselheiros Multiplicadores Estaduais e Municipais de Assistência Social dos Estados do Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte;
- APG Amana-Key – Programa de Gestão Avançada – versão Superintensiva;
- Dale Carnegie Training;
- I Seminário Brasil/França para Formação de Recursos Humanos para Crianças de 0 a 6 anos;
- I Encontro de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa e II Encontro Nacional de Deputados Estaduais.

Títulos, Medalhas e Diplomas recebidos:

- Título de Cidadã do Município de Guaiúba, concedido pela Câmara Municipal, através do Decreto Legislativo nº 013/2002, de 29/08/2003;
- Título de “Cidadã Quixeramobiense”, através do Decreto Legislativo nº 008/2001, de 14/08/2002;
- Título de Parceira Cidadã, concedido pelo Município de Beberibe, em 13/12/2003;
- Medalha “Machadinha Simbólica”, concedida pelo Corpo de Bombeiros, em abril de 2004;
- Diploma “Bombeiro Honorário”, concedido pelo Corpo de Bombeiros, em dezembro de 2004;
- Diploma “Amiga do Município de Palmácia”;
- 3ª Edição do Prêmio “Gente de Bem” – Certificado de Participação concedido pelo Shopping Benfica, indicada através do voto popular como uma das mulheres que mais se destacaram pelos relevan-

tes serviços prestados à sociedade fortalezense na área da política.

Em 06 de fevereiro de 2014, Tânia Gurgel assumiu a coordenação da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNCI), órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza (SDH).

Virgínia Carvalho

Virgínia Adélia Rodrigues Carvalho

2003/2006 → PV – Partido Verde

Filha de Wilson Bastos Rodrigues e de Zélia Mota Rodrigues. Virgínia Carvalho nasceu em Maranguape/CE, a 13 de dezembro de 1958.

Casada com Raimundo Marcelo Carvalho da Silva, ex-prefeito de Maranguape e Presidente do Partido Verde, no Ceará. Filhos: Leonardo Rodrigues Carvalho e Marcela Rodrigues Carvalho.

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará, com cursos de pós-graduação e de aperfeiçoamento profissional, dentre eles de Administração Hospitalar, especialização em Políticas Públicas, Programa de Gestão Avançada e Mestrado em Políticas Públicas. Graduada em Psicologia pela Unifor – Universidade de Fortaleza, em 2014.

Ocupou vários cargos na administração municipal de Maranguape: Administradora do Hospital Governador Gonzaga Mota (de 1986 a 1992); Secretária de Saúde e Ação Social, de 1997 a 2000, quando teve a oportunidade de contribuir para que o Município recebesse prêmios pelo Projeto “Rezas, Raízes e Soros”; Secretária de Inclusão Social, de 2001 a 2003, quando coordenou o processo de construção das bases da Agenda 21; Secretária da Educação, de abril de 2004 a fevereiro de 2005; e Secretária do Meio



Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Agrário, de abril a dezembro de 2012.

Coordenou o Projeto do Fundo Cristão para Criança, no distrito de Jubaia e participou do movimento comunitário denominado "Pacto pela vida".

Candidata a Deputada Estadual por duas vezes, em 1º de dezembro de 2005, assumiu a vaga do deputado Zemaria Pimenta, licenciado para interesses particulares.

Coordenadora de Educação Ambiental da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace), de março de 2007 a dezembro de 2010. Nas eleições municipais de Maranguape em 2008, foi candidata a Vice-Prefeita na chapa com Lucílvio Girão.

Presidente do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (Conpam), de junho a dezembro de 2014. Superintendente-adjunto da Semace, desde março de 2015, na gestão do Governador Camilo Santana.

Livia Arruda

Livia Corrêa de Arruda

2007/2010 → PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Nasceu em Caucaia/CE, a 13 de julho de 1984. É filha de Inês Maria Corrêa de Arruda e de José Gerardo Oliveira de Arruda Filho.

Engenheira Civil, formada pela Universidade Federal do Ceará.

Descende de tradicional família política. Seu bisavô, o Tenente Edson da Mota Corrêa, foi Deputado Estadual por 32 anos. Seu avô, Dr. Danilo Dalmo da Rocha Corrêa, foi Prefeito de Caucaia.

Sua avó, Maria Lúcia Corrêa, foi Deputada Estadual. Sua mãe, Inês Arruda, foi Deputada Estadual e ex-prefeita de Caucaia. José Gerardo Arruda, seu pai, foi prefeito de Caucaia, e detém três mandatos de Deputado Federal.

Principais redutos eleitorais: municípios de: Fortaleza, Caucaia, Barreira, Capistrano, Ibaretama, Jaguaratama, Maracanaú, Mucambo, Paraipaba, Pentecoste, Porteiras, Redenção, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Senador Pompeu e Umirim.

Na Assembleia Legislativa, foi Presidente da Comissão da Infância e Adolescência, a qual assumiu com o intuito de implementar projetos que visem combater toda e qualquer violência contra crianças e adolescentes.



Bethrose

Maria Bethrose Fontenele Araújo

2011/2014; 2015/2018 → PRP – Partido Republicano Progressista

Nasceu em Russas/CE, na região do Baixo Jaguaribe, a 16 de novembro. Como parlamentar, adotou somente o nome de Bethrose. Filha Victor de Carvalho Fontenele e de Francisca Taboza Soares Fontenele. Casada com Walter Júnior, ex-prefeito de São Gonçalo do Amarante, com quem tem quatro filhos: Lohana, Lília, Walter Neto e Virgínia.

Fisioterapeuta. Formada pela Universidade de Fortaleza (Unifor), com especialização em Tecnologia Educacional. Antes de ingressar na política partidária, foi professora universitária por 15 anos. Também desenvolveu atividades inerentes à sua profissão de fisioterapeuta em órgãos públicos, a exemplo da Prefeitura de Fortaleza, da qual é servidora.



Sua atividade política teve início em São Gonçalo do Amarante quando criou o Movimento de Mulheres naquele município, fato que repercutiu decisivamente nos dois mandatos do prefeito Walter Araújo Júnior, dando uma nova configuração ao papel político da mulher naquela cidade.

Como primeira-dama de São Gonçalo do Amarante, implantou políticas públicas de atendimento ao idoso e à mulher, através da criação da Casa da Cidadania (CACI), que realiza atendimentos jurídicos, terapêuticos e médicos.

Sempre atuante e preocupada com a qualidade de vida da população menos favorecida, idealizou e efetivou o

Projeto de Alfabetização de Adultos: “Em Casa Também se Aprende”, programa reconhecido pelo Ministério da Educação como projeto modelo a ser implantado em outros municípios brasileiros, por ter conseguido reduzir, em apenas um ano, o índice de analfabetismo que passou de 5% para 2,5%.

Enquanto Secretária de Ação Social, priorizou a revitalização dos polos de atendimento à criança e ao adolescente, criou os Conselhos do Idoso e da Mulher, fundou a Escola Municipal de Ballet, como também o Programa de Atenção à Gestante e fortaleceu a atuação dos Conselhos e entidades comunitárias que atuam em São Gonçalo do Amarante.

Como Secretária municipal de Planejamento, sistematizou e acompanhou a execução das propostas de governo da atual gestão municipal. Eleita deputada estadual, em 2010, com 45.506 votos, Bethrose iniciou sua carreira parlamentar com uma grande missão: lutar para melhorar a qualidade de vida dos cearenses. Reconduzida à Casa do Povo em 2014 com 31.666 sufrágios.

Presidente da Comissão da Infância e Adolescência, membro titular da Comissão de Orçamento, e membro suplente das comissões de Educação, e de Constituição, Justiça e Redação, no período de 2011/2014. Na 29ª Legislatura, é Presidente da Comissão da Infância e Adolescência, além de membro suplente das comissões de Constituição, Justiça e Redação; de Fiscalização e Controle; de Seguridade Social e Saúde; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Dra. Silvana

Silvana Oliveira de Sousa

2011/2014; 2015/2018 → PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Nasceu em Fortaleza/CE, no dia 16 de janeiro de 1969, casada com o médico, pastor, ex-Vereador de Fortaleza e ex-Deputado Estadual Jaziel Pereira de Sousa, mãe de dois filhos, Moacir Oliveira Neto e João Gabriel Sousa.

Formada em Medicina pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com especialização em Clínica Médica e Dermatologia pela UFC.

Na legislatura 2011/2014, assumiu como suplente pelo PMDB, quando obteve 32.207 votos no Estado.

Em 2014, foi eleita Deputada Estadual com 41.449 votos na capital e em 100% dos municípios.

Sua atuação política tem como meta de atuação a defesa à inviolabilidade de princípios divinos, tais como família da forma original da sua instituição; à defesa da vida; luta por direitos fundamentais para manutenção do bem-estar e felicidade do povo do Ceará, e na promoção da defesa da saúde, principalmente daqueles menos favorecidos.

Autora de proposições que se tornaram Projetos de Lei e/ou Projetos de Indicação. Lei nº 15.168/2012, que reconhece a música gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação cultural.

Em 2013, como suplente, participou das Comissões:



- de Defesa Social (Membro)
- da Juventude (Membro)
- de Orçamento, Finanças e Tributação (Suplente)
- de Seguridade Social e Saúde (Suplente)
- de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido (Suplente)

Em 2015, participa das Comissões:

- de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido (Presidente)
- de Educação (Membro)
- de Orçamento, Finanças e Tributação (Suplente)

Eliane Novais

Eliane Novaes Eleutério Teixeira

2011/2014 → PSB – Partido Socialista Brasileiro

Eliane Novais nasceu a 17 de abril de 1958, em Fortaleza/ CE. Filha de Aluísio Eleutério e de Maria do Socorro Novais Eleutério.

Viúva de Antônio Mário Coutinho Teixeira. Do consórcio nasceram Mário Sérgio, Daniel, Arthur.

Graduada em Ciências Econômicas com especialização em Engenharia de Transportes Urbanos.

Em sua vida pública, foi membro da Comissão de Licitação da Sedurb, exerceu o cargo de Coordenadora da Articulação Institucional da Seinfra, além de Diretora de Gestão Empresarial da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece.

Com a trajetória de mais 30 anos dedicada ao serviço público, Eliane Novais atuou como economista da Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza – Aumef, órgão público estadual que depois passaria por processo de transformação, resultando na criação da Sedurb – Superintendência do Desenvolvimento Urbano do Estado do Ceará. Posteriormente, seguiu para Seinfra – Secretaria de Infraestrutura do Estado, onde permanece como servidora até hoje. Participou de lutas sindicais a favor dos direitos do trabalhador, tendo integrado a 2ª Diretoria Colegiada do Mova-se (1992/1994). Em 2007, assumiu a Diretoria de Gestão Empresarial da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, convidada pelo Governador Cid Gomes.



Além da forte dedicação como servidora pública, Eliane Novais participou efetivamente nas campanhas e lutas dos mandatos de Sérgio Novais como Deputado Federal e Vereador de Fortaleza, tendo contribuído para a elaboração e implementação de vários projetos nas áreas do meio ambiente, educação, trabalho e moradia. De 2005 a 2006, expressou mais fortemente sua vocação política, ao assumir a chefia de Gabinete de Sérgio Novais, à frente da Vice-Presidência da Câmara Municipal de Fortaleza. Em 2007, iniciou seu mandato à frente da segunda vice-presidência estadual do Partido Socialista Brasileiro. Nas eleições municipais de 2008, Eliane Novais candidatou-se pela primeira vez e sagrou-se como a mulher mais votada em Fortaleza e a 7ª maior votação geral dos vereadores eleitos com 10.308 votos.

Eleita para Assembleia Legislativa na legenda do PSB – Partido Socialista Brasileiro, para o mandato de 2011 a 2014. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, vice-presidente da Comissão da Juventude. Membro das comissões de Orçamento, Finanças e Tributação, de Infância e Cidadania, de Desenvolvimento Regional, Recursos Hídricos, Minas e Pesca.

Candidata ao Governo do Estado nas eleições de outubro de 2014 pelo PSB, não logrou êxito.

Fátima Leite

Maria de Fátima Santana Arrais Leite

2011/2014 → PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

Nasceu na cidade de Mauriti/CE, localizada na região do Cariri, a 24 de março de 1956. Filha de Manoel Barbosa dos Santos e de Júlia Santana Leite, terceira filha de uma família de sete irmãos.

Casada com José Ricardo Silveira, são pais de Ticiano, Leonardo, Chailine e Chilaine.

Na juventude, destacava-se pela capacidade de liderança. Tanto na Igreja como na escola, atuava como coordenadora de grupos de oração e estudantis. Foi professora da rede estadual, ingressou por concurso público na Emater/CE, onde desempenhou funções administrativas.



Iniciou sua carreira de comunicadora na Rádio Assunção Cearense, realizando diariamente o programa de Bem com a Vida, tendo como principal momento a oração do Terço da Misericórdia, através do qual, atingiu um grande número de ouvintes. Após seis anos à frente desse programa, passou a realizar o mesmo programa na Rádio Dom Bosco, onde liderou a audiência do horário durante anos.

A experiência do contato diário com o público a motivou para lançar seu nome ao voto popular e concorrer a uma cadeira na Câmara de Vereadores. Em 2004, foi eleita vereadora de Fortaleza, contando com 5.220 votos pelo PHS – Partido Humanista da Solidariedade. Principais destaques do mandato: realização da missa mensal na Câmara de Ve-

readores; criação da Frente Parlamentar “Sim à Vida” contra o aborto; projeto que ampliou a licença maternidade para as servidoras do município de quatro para seis meses; projeto “Eu gosto de ler” com a instalação de bibliotecas em bairros carentes; realização de uma ampla pesquisa para avaliação dos postos de saúde da capital cearense.

Na eleição seguinte, em 2008, ampliou o número de eleitores para 6.100, porém, devido à coligação partidária, não conseguiu ser reeleita.

Candidatou-se a Deputada Estadual pelo PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, em 2010. Obteve 21.860 votos ficando na primeira suplência da coligação. Assumiu como Deputada durante a licença do titular Paulo Facó, no período de junho a setembro de 2013.

Em 2012, candidatou-se a Vereadora de Fortaleza pelo PRTB e obteve 9.860 votos, sendo a 15ª mais votada e a primeira do partido, mas o partido não atingiu o quociente eleitoral. Filiada ao PPS – Partido Popular Socialista.

Fernanda Pessoa

Fernanda Eneida Pessoa Caracas de Souza

2011/2014; 2015/2018 → PR – Partido da República

Nasceu em Fortaleza/CE, a 08 de junho de 1966. Casada com Francisco Ézio de Souza Júnior, tem um casal de filhos, Ézio Pessoa Caracas de Souza e Lívia Pessoa Caracas de Souza. Fernanda Pessoa é filha do ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-prefeito de Maracanaú, Roberto Pessoa e de Maria José Joventino Pessoa.



Formada em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza. Dedicou-se durante anos à E-mape, grupo empresarial especializado na produção avícola e que atende o Ceará, Tocantins e Bahia. Detém no currículo um leque de cursos ligados ao setor financeiro. De gestora de mercado a líder do Partido da República na Assembleia Legislativa.

Na história da família Pessoa de Araújo, na qual os homens sempre são atores no cenário político, Fernanda decidiu sair dos bastidores de apoio para se tornar a deputada estadual mais votada na história de Maracanaú, com 23.010 votos. Para a sua primeira legislatura, recebeu 50.497 de votos em 167 municípios. Marco feminino para quem até então acompanhava a política pelas realizações do pai, Roberto Pessoa, prefeito de Maracanaú (2005/2012) e do tio-avô, ex-deputado federal Francisco Pessoa de Araújo (1951/1958).

Dedicou-se com entusiasmo à instalação da Frente Parlamentar em Defesa das Mulheres, onde tem o interesse de trabalhar na inclusão e expansão da mulher na vida pública, a fim de que as políticas possam estar presentes no dia a dia das mães, esposas, trabalhadoras e estudantes. Uma de suas propostas, por exemplo, requereu atenção pública para erradicar o uso das drogas pela juventude cearense. No extremo da prevenção, cuidou das mães de usuários, e no tratamento de consolidar espaços para recuperação. Por conta de sua bagagem política, a parlamentar voltou-se a uma atuação marcante no setor agrícola, buscando alternativas para incentivar produção e logística no Estado. Com estes princípios, assumiu a vice-presidência da Comissão de Infância e Adolescência, além de integrar, como membro titular, as comissões de Seguridade Social e Saúde, e membro suplente das comissões de Agropecuária, de Fiscalização e Controle, e de Desenvolvimento Regional, Recursos Hídricos, Minas e Pesca.

Fernanda Pessoa sempre afirmou o compromisso: "Serei uma deputada presente e tudo farei para merecer a confiança dos que acreditaram em mim." Surpreendendo a todos, a nova parlamentar, após eleita mantém um programa permanente de visitas aos municípios onde recebeu votos, não somente em agradecimento, mas para reafirmar os compromissos.

Reeleita em 2014, com 78.579 votos, é vice-presidente da Comissão da Juventude, membro titular da Comissão de Seguridade Social e Saúde, além de suplente nas comissões de Constituição, Justiça e Redação; de Cultura e Esportes; e da Infância e Adolescência.

Mirian Sobreira

Mirian de Almeida Rodrigues Sobreira

2011/2014 → PSB – Partido Socialista Brasileiro

2015/2018 → PROS – Partido Republicano da Ordem Social

Mirian Sobreira nasceu no distrito de Geni Papeiro, no município de Iguatu/CE, no dia 05 de novembro de 1956. Filha de Damião Casimiro Rodrigues e de Maria Zuza de Almeida Rodrigues.

Casada com o ex-deputado Francisco Marcelo Sobreira, tem quatro filhos: Francisco Marcelo Sobreira Filho, Marcos Sobreira, Marlon Sobreira e Manoel Sobreira.

Possui reconhecida liderança em Iguatu, através da defesa de importantes bandeiras e principalmente pela atuação na área da saúde e projetos sociais. O respeito ao próximo, a relação humanitária com as pessoas e a sensibilidade de ouvir sempre foram características marcantes da parlamentar.



Mirian Sobreira é pessoa dedicada à uma luta permanente pela melhoria da cidade de Iguatu, assim como das regiões circunvizinhas. Foi sempre acolhida e acolheu a todos, tornando-se uma benemérita na luta pelo progresso e qualificação da saúde pública, bem como no que diz respeito à valorização humana em busca da qualidade de vida. Estes fatos a tornaram referência e uma amiga leal do povo.

Com 12 anos na trajetória política, Mirian Sobreira foi primeira-dama de Iguatu, período em que ficou à frente da Secretaria Municipal de Ação Social. Seu laborioso desem-

penho na função gerou o carinho e o reconhecimento da sociedade, animando a sua caminhada na vida pública e culminando com sua eleição à Assembleia Legislativa, onde exerceu seu primeiro mandato parlamentar na Legislatura de 2011/2014, obtendo 45.739 votos dos cearenses.

Antes de chegar à Casa do Povo, foi candidata à vice-prefeita e posteriormente à prefeita de Iguatu, recebendo expressivas votações.

Em sua trajetória política, foi filiada ao Partido Popular Socialista (PPS), e hoje ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Suas principais bases políticas concentram-se nos municípios de Fortaleza, Acopiara, Cariús, Chorozinho, Crato, Farias Brito, Iguatu, Juazeiro do Norte, Jucás, Milagres, Quixelô, Santana do Acaraú, Sobral e Viçosa do Ceará.

Na 28ª Legislatura, assumiu a presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, vice-presidência da Comissão de Seguridade Social e Saúde. Membro das comissões de Defesa do Consumidor, de Fiscalização e Controle, de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido, de Constituição, Justiça e Redação, e da Infância e Adolescência.

Reeleita para o Legislativo estadual em 2014, com 44.451 votos, a deputada Mirian Sobreira tomou posse, no Palácio da Abolição, como Secretária Especial de Políticas sobre Drogas, no governo Camilo Santana.

Aderlânia Noronha

Maria Aderlânia Soares Barreto Noronha

2015/2018 → SD – Solidariedade

Aderlânia Noronha nasceu em Parambu, na Região do Sertão dos Inhamuns, no Ceará. Filha de pais comerciantes, Maria da Paz Soares e Edmundo Gonçalves Barreto, herdou assim o tino para os negócios, além do perfil empreendedor e determinado que põe em prática ao lado do marido, o também empresário e Deputado Federal Genecias Noronha, na condução de suas empresas e na vida familiar com seus quatro filhos: Mateus, Amanda, Genecias Júnior e João Pedro.



Desde cedo, Aderlânia Noronha esteve engajada e comprometida com a população de Parambu. Seu carisma, disposição para servir e sensibilidade em relação a problemas como a seca – que periodicamente castiga a Região, atingindo as famílias –, as lutas em defesa das mulheres, dos idosos, do público infanto-juvenil, do combate à violência doméstica e infantil, da geração de emprego e renda, da educação e saúde de qualidade, fizeram-na despontar, naturalmente, como uma forte liderança política, com reconhecimento dentro e fora do município.

Quando adolescente, vestiu literalmente a camisa dos esportes, com destaque para o vôlei. Defende a prática esportiva como ferramenta educacional que trabalha valores humanos, éticos e morais, além de proporcionar o desenvolvimento físico e social de crianças e jovens.

Com a simplicidade de uma mãe experiente e dinamismo de quem consegue doar-se à família e ao trabalho, atuou como primeira-dama de Parambu (2005/2010) abraçando, com muita dedicação, o desenvolvimento de projetos sociais, dentre eles destacam-se o "*Mãe Saudável*" e o "*Casa da Mulher*", voltados para a maioria da população da cidade que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de mulheres.

Aderlânia Noronha é um espelho da participação da mulher atuante na sociedade. Filiada ao Partido Solidariedade no Ceará, foi eleita a segunda mais votada Deputada Estadual no pleito de 2014, com 97.172 votos. Membro suplente das comissões de Agropecuária e de Desenvolvimento Regional, Recursos Hídricos, Minas e Pesca.

Em seu primeiro mandato, é a primeira mulher a compor a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, reforçando o valor da mulher na política, com ética, transparência e trabalho.

Augusta Brito

Augusta Brito de Paula

2015/2018 → PCdoB – Partido Comunista do Brasil

Nasceu a 27 de maio 1976 no bairro Ellery, em Fortaleza/CE. Filha de Augusto Brito e Gonçala Edilene de Paula Brito. Pelo fato do pai ser bancário, sujeito a transferências periódicas, residiu em outras cidades, fixando-se, porém, no município de Graça. Em 1988, seu pai Augusto Brito foi eleito o primeiro prefeito daquele município, para o quadriênio 1989/1992.

A deputada Augusta Brito iniciou seus estudos em Santana do Acaraú, concluindo o ensino fundamental no município do Mucambo, posto que Graça ainda não o havia estruturado, o que aconteceria nos primeiros anos da administração de seu pai.

Concluiu o ensino médio em Fortaleza. Coursou o ensino superior em Sobral, formando-se em Enfermagem em setembro de 2000. Prestou serviço no Hospital Municipal do Graça e lecionou Ciências nos ensinos fundamental e médio deste município. É casada com Gadyel Aguiar de Paula e é mãe de três filhos: Eduarda, Gabryele e Gadyel Filho.

Em 2004, candidatou-se a prefeita de Graça, sendo eleita com 4.760 votos, num percentual de 63% dos votos válidos. Foi reeleita em 2008 e, após cumprir seu segundo mandato (2012), foi nomeada Secretária de Educação em São Benedito, exercendo o cargo até 2014, quando se candidatou a Deputada Estadual, galgando a eleição com 50.849 votos.



É a primeira mulher a ser eleita pelo PCdoB no Ceará para deputada estadual. Augusta Brito é vice-presidente da Comissão de Infância e Adolescência, além de titular das comissões de Educação; de Indústria, Comércio, Turismo e Serviço; de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido. Suplente nas de Orçamento, Finanças e Tributação; de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; de Viação, Transporte e Desenvolvimento Urbano; de Fiscalização e Controle; e de Defesa do Consumidor.

Laís Nunes

Ana Laís Peixoto Correia Nunes

2015/2018 → PROS – Partido Republicano da Ordem Social

Nascida no Icó/CE, centro da região do Vale do Salgado, no dia 08 de maio de 1988. Filha de Rubens de Sousa Correia e Ana Verônica Peixoto Landim Correia.

Iniciou seus estudos no Colégio Senhor do Bonfim, onde concluiu o ensino médio. Formada em Administração de Empresas, na Faculdade Vale do Salgado – FVS.

Decidiu enveredar pelo caminho da representação popular, motivada por vocação natural e entendendo a política como exercício pleno de cidadania. Mulher jovem, mãe de dois filhos – Davi e Maria Laura - casada com o ex-deputado Neto Nunes, compreendeu, desde cedo, a importância que a política tem na vida das pessoas. Sobretudo se exercida como instrumento de transformação da realidade, onde as desigualdades sociais sejam combatidas por meio de políticas públicas com este fim.

Administradora de empresa e servidora pública, Laís Nunes tem o olhar sempre atento ao social. Compreende com exatidão e clareza o Ceará como um estado que, mesmo com as adversidades, tem potencial para se desenvolver criando oportunidades de trabalho e distribuindo renda, mormente por sua gente, seu maior patrimônio.

Numa visão de estadista, o seu mandato está inserido num momento muito importante da vida social e econômica



do Estado, isto pelos avanços conquistados nos últimos anos.

Deputada pelo PROS, exerce seu primeiro mandato no Parlamento estadual com desafios e temas que nortearam sua campanha eleitoral. O desafio maior é cumprir os compromissos assumidos em palanque. Entende que assim estará honrando a tradição da família que tem admirável folha de serviços prestados ao Ceará.

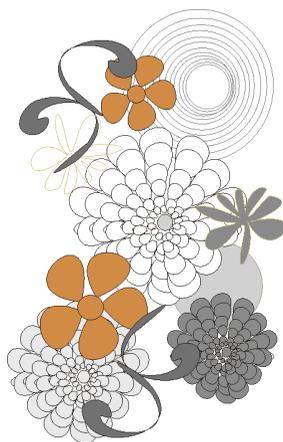
A base programática de seu mandato está alicerçada em bandeiras prioritárias, tais como: propugnar por escola de tempo integral, pela implantação de delegacias da mulher no maior número possível de cidades, pelo fortalecimento dos municípios - neste tocante, dando ênfase à emancipação de distritos e o reconhecimento dos limites territoriais dos municípios -, pela renegociação do endividamento rural e geração de emprego e renda a partir das potencialidades de cada região.

A deputada Laís Nunes obteve 48.929 votos, dos quais quase 17 mil sufrágios vieram da sua terra natal. A deputada recebeu da região Vale do Salgado mais de 30 mil votos. Muito bem votada ainda na região do Cariri, Vale do Jaguaribe, serras, sertão, litoral e capital.

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Recursos Hídricos, Minas e Pesca, vice-presidente da de Defesa do Consumidor, membro titular das comissões de Fiscalização e Controle e de Orçamento, Finanças e Tributação, além de suplente na de Viação, Transporte e Desenvolvimento Urbano.



Mulheres na Câmara Federal





Moema São Thiago

Moema Correia São Thiago

1987/1990 → PDT – Partido Democrático Trabalhista

Nasceu em Formiga/MG, a 03 de março de 1948. Filha de Raimundo Lima Verde São Thiago e Branca Correia São Thiago. Sobrinha do ex-deputado federal cearense Flávio Marcílio, que exerceu mandato entre 1963 a 1981.

Exerceu apenas um mandato na Câmara Federal (1987- 1991), período em que também foi Deputada Federal Constituinte.

Advogada e Socióloga. Moema São Thiago interrompeu o curso de Direito na Universidade Federal do Ceará em 1970, por força do Decreto nº 477, retomando-o em 1980. Pós-graduou-se em sociologia (1985), pela UFC. Exilada em 1973, esteve no Chile, Argentina, Cuba e Portugal, retornando ao país em 1979.



Ingressou na política nos quadros do PDT, do qual foi fundadora nacional e também no Estado do Ceará, em 1979. Secretária Geral do PDT no Ceará, de 1981 a 1985; membro do Diretório Nacional e da Executiva Nacional. Candidata à Prefeitura de Fortaleza, em 1985. Em 1987, foi vice-líder do PDT. Filiada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, concorreu, em 1990, a uma cadeira de deputada federal, não logrando êxito.

Como Deputada Constituinte foi membro da Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas; e da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das

Instituições. Considerada “Deputada Nota 10” pelo DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Em seu mandato parlamentar foi titular, em 1987, da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, e suplente da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.

Publicou os livros “Mulher e Política: eleições CE 82”. Anpocs, 1983; e “Mulher e Seca”. Anpocs, 1984.

Maria Luiza

Maria Luiza Menezes Fontenele

1991/1994 → PSB – Partido Socialista Brasileiro



Vide dados biográficos na página 36.

Gorete Pereira

Maria Gorete Pereira

2003/2006; 2007/2010 → PL – Partido Liberal
2011/2014; 2015/2018 → PR – Partido da República



Vide dados biográficos na página 44.

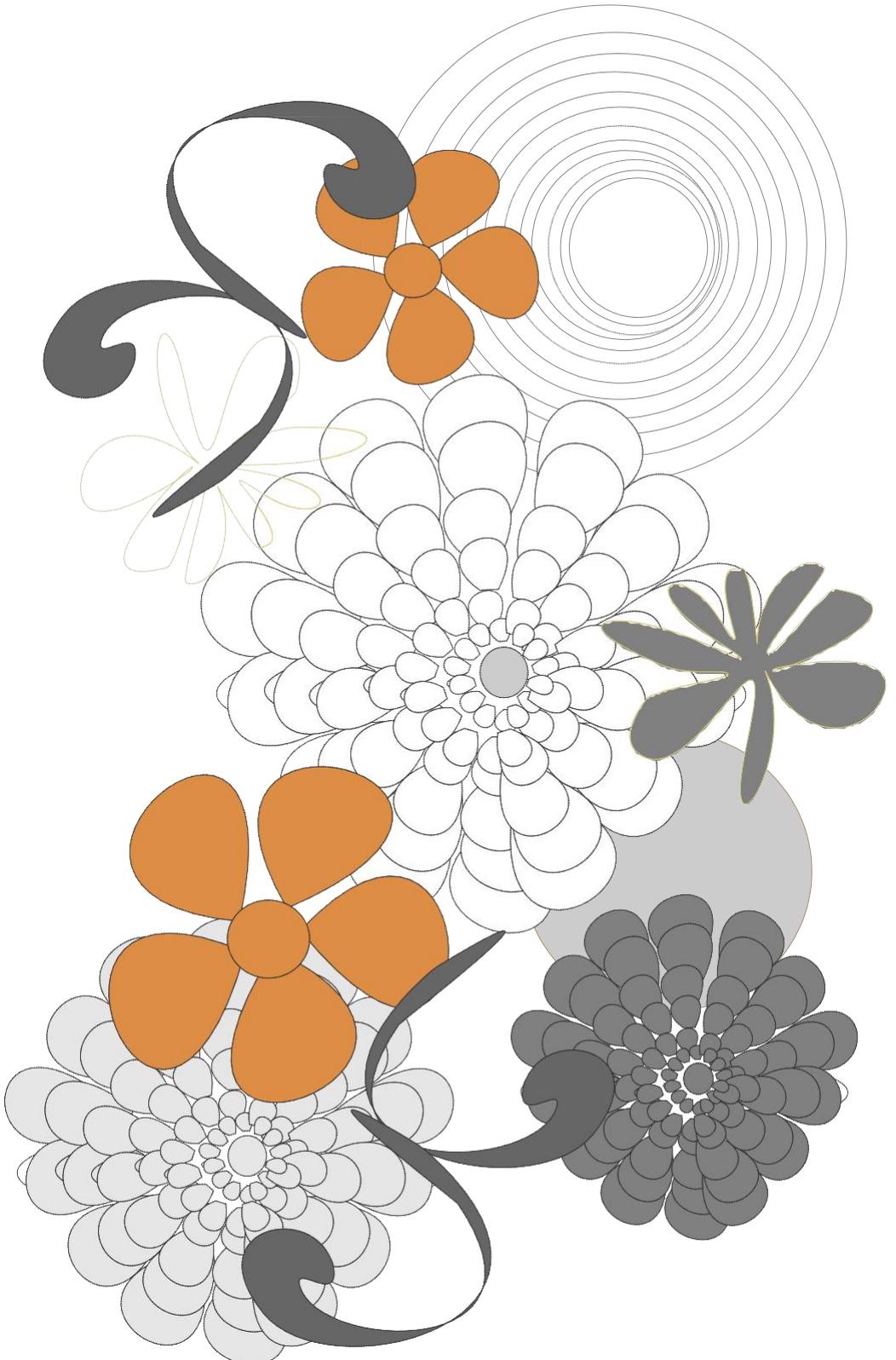
Luizianne Lins

Luizianne Lins de Oliveira

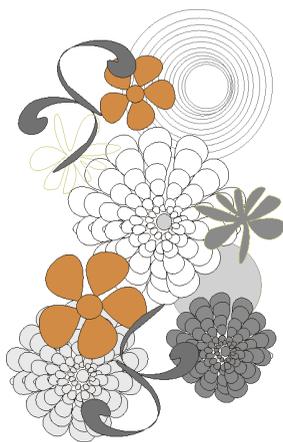
2015/2018 → PT – Partido dos Trabalhadores

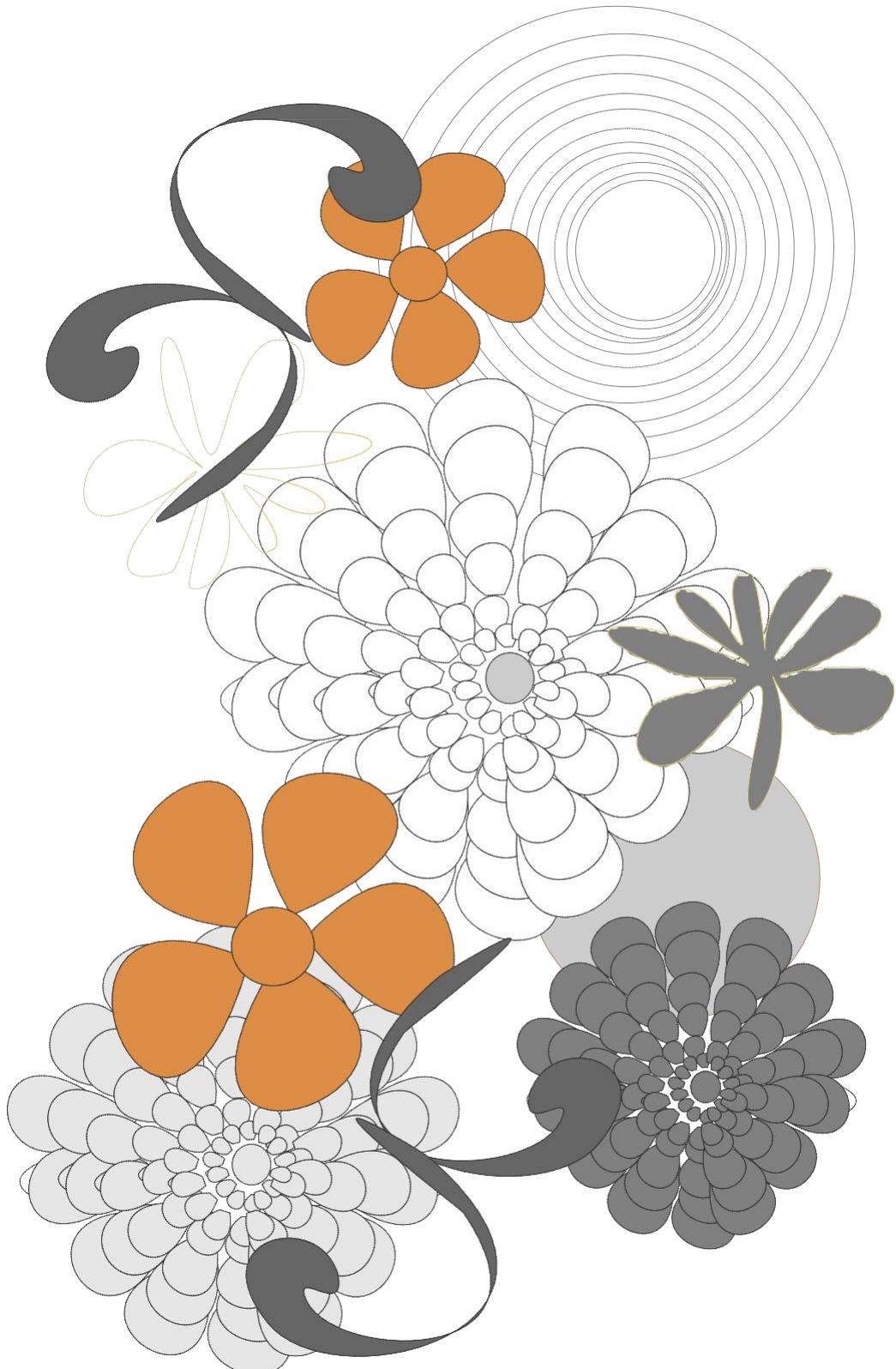


Vide dados biográficos na página 63.



Mulheres no Senado Federal





Alacoque Bezerra

Maria Alacoque Bezerra Figueiredo

1983/1990 → PDS – Partido Democrático Social

Filha primogênita de José Bezerra de Menezes e de Maria Amélia Bezerra de Menezes. Nasceu em Juazeiro do Norte/CE, a 10 de fevereiro de 1921. Casou-se com José Maria de Figueiredo, com quem teve três filhos: Amélia Maria, Ivanhoé e Magda, avó de quatro netos e cinco bisnetos. Faleceu em Juazeiro do Norte/CE a 17 de dezembro de 2012.



Descendente daqueles que fundaram o Tabuleiro Grande, onde hoje situa-se a cidade de Juazeiro do Norte. Neta do brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro. Vários membros de sua família destacaram-se no cenário político cearense, tais como: governador Adauto Bezerra, vice-governador Humberto Bezerra, deputado Orlando Bezerra (seus irmãos), e sobrinhos deputado Arnon Bezerra e Jarbas Bezerra.

Educada inicialmente no Cariri, cursou o ensino primário em Juazeiro, e o secundário no Instituto Santa Tereza, na cidade do Crato. Veio para Fortaleza e formou-se normalista pelo Colégio das Dorotéias, retornando então para Juazeiro, objetivando lecionar na cidade natal.

Durante esse tempo, fez o curso superior na Universidade Regional do Cariri (URCA). Diretora do Grupo Escolar Padre Cícero, de Juazeiro. Passou por outras instituições de ensino, quando assumiu como titular a Delegacia Regional do Ensino no Cariri. Trabalhou em prol do aperfeiçoa-

mento e difusão do ensino secundário, ampliando serviços e assistindo a Região, tendo inclusive realizado ingentes esforços para a instalação em Juazeiro a sede da antiga DERE (atualmente Crede) conquistando unânime reconhecimento por parte do Estado.

No cenário político, Alacoque Bezerra foi a primeira mulher cearense a ocupar uma cadeira no Senado da República, exercendo mandato de 18/10/1989 a 15/02/1990. Assumiu na vaga do Senador José Afonso Sancho, do qual era suplente, pela legenda do PDS. No cargo, redobrou esforços em sua luta pela educação, tendo apresentado projetos para regulamentação do piso salarial para o magistério e defendendo a qualificação da merenda escolar.

Também escritora, produziu o livro "José Bezerra, o Pacificador", a biografia do seu genitor e importante esteio do clã dos Bezerra de Menezes, no Cariri.

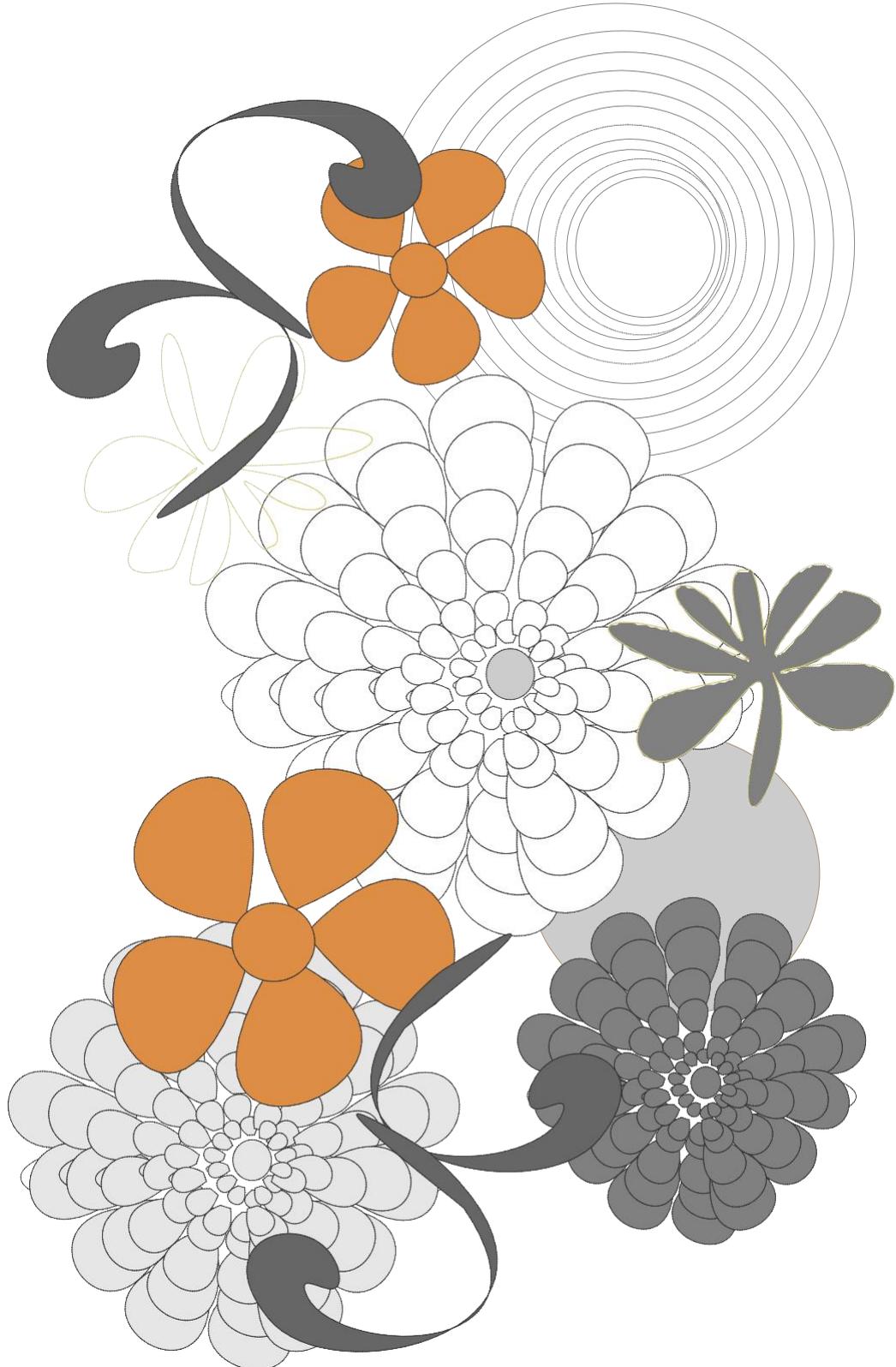
Patrícia Gomes

Patrícia Lúcia Saboya Ferreira Gomes

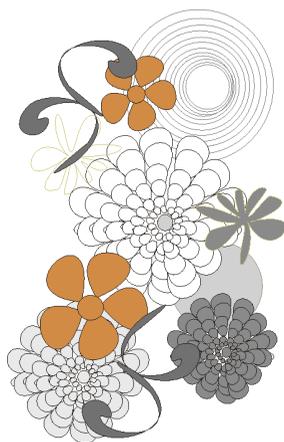
2003/2010 → PPS – Partido Popular Socialista



Vide dados biográficos na página 51.



Mulheres na Câmara de Vereadores de Fortaleza





REPRESENTAÇÃO FEMININA ELEITA PARA CÂMARA DE VEREADORES DE FORTALEZA

Nome	Eleição	Partido
Maria Eulália Odorico de Moraes	03/10/1950	PR
Maria Myrtes Lopes Campos	03/10/1958 15/11/1962 15/11/1966	PL PSD ARENA
Francisca Ivone Pereira Melo	15/11/1966 15/11/1972 15/11/1976 15/11/1982	ARENA ARENA ARENA PDS
Maria José Albuquerque de Oliveira	15/11/1972 15/11/1976 15/11/1982 15/11/1988 03/10/1992 03/10/1996	ARENA ARENA PDS PDS PTR PPB
Íria de Almeida Férrer	15/11/1982	PMDB
Nildes Alencar Lima	15/11/1982	PMDB
Maria Gorete Pereira	15/11/1988 03/10/1992	PFL PFL
Maria Zélia Correia de Souza	15/11/1988 03/10/1992	PSD PSD
Maria Magaly Marques Dantas	03/10/1992 03/10/1996 1º/10/2000 05/10/2008 07/10/2012	PDS PMDB PTB PMDB PMDB

Nome	Eleição	Partido
Rosa Maria Ferreira da Fonseca	03/10/1992	PSB
Luizianne Lins de Oliveira	03/10/1996 1º/10/2000	PT PT
Patrícia Lúcia Saboya Ferreira Gomes	03/10/1996	PSDB
Germana Lima Fontenele Soares	1º/10/2000	PMN
Nelba Aparecida Arrais Maia Fortaleza	1º/10/2000 03/10/2004	PMDB PMDB
Edvânia Matias Ferreira (Deborah Soft)	03/10/2004	PTN
Maria de Fátima Santana Arrais Leite	03/10/2004	PHS
Regina Cely Diniz Assêncio	03/10/2004	PMDB
Terezinha de Jesus Lima	03/10/2004	PMDB
Eliane Novais Eleutério Teixeira	05/10/2008	PSB
Francisca Eliana Gomes dos Santos	05/10/2008	PCdoB
Maria Leda Moreira e Silva	05/10/2008 07/10/2012	PSL PSL
Ana Cristina de Oliveira Brasil	07/10/2012	PTdoB
Ana Maria Teixeira Matos de Sousa	07/10/2012	PSC
Antônia Guedes Cabral Aguiar Rocha	07/10/2012	PSOL
Germana Lima Fontenele Soares	07/10/2012	PHS
Lucimar Vieira Martins	07/10/2012	PTC
Regina Cláudia Tabosa	07/10/2012	PTC
Ruthmar Xavier Benício	07/10/2012	PR
Tamara Paiva de Lima	07/10/2012	PSDC

ANEXO
PARTIDOS POLÍTICOS

PR	Partido Republicano
PL	Partido Libertador
PSD	Partido Social Democrático
ARENA	Aliança renovadora Nacional
PDS	Partido Democrático Social
PTR	Partido Trabalhista R e novador
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PFL	Partido da Frente Liberal
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PSL	Partido Social Liberal
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSC	Partido Social Cristão
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PR	Partido da República
PSDC	Partido Social Democrata Cristão



BIBLIOGRAFIA

- Atas da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, compreendendo o período de 1947 a 2011. (Setor de Informação e Documentação, e Departamento Legislativo)
- Entrevistas com Deputadas e familiares.
- BENEVIDES FILHO, Mauro – **Ceará, Eleições 2000**. Fortaleza, RBS Editora, 2001.
- BENEVIDES FILHO, Mauro – **Ceará, Eleições 2004/06**. Fortaleza, RDS Editora, 2007.
- FREIRE, Aldenor Nunes – **Eleições Municipais 1992 Prefeitos e Vereadores**. Fortaleza, Tipoprogresso, 1993.
- GOVERNO do Estado do Ceará/Secretaria para assuntos municipais – **Eleições Municipais 1976**. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1977.
- Instituto de Pesquisa Américo Barreira – **Vereadores de Fortaleza: Traços Biográficos. 1948 – 1967 Volume I**. Fortaleza, IPAB, 2008.
- Instituto de Pesquisa Américo Barreira – **Vereadores de Fortaleza: Traços Biográficos. 1967 – 1988 Volume II**. Fortaleza, IPAB, 2008.
- SAMPAIO, Dorian – **Anuário do Ceará**. Coleção.
- O POVO S.A. – **Anuário do Ceará**. Coleção
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ / ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ – **Eleições Municipais de 1996**. Fortaleza, INESP, 1996.

HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
— Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a dava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Música de Alberto Nepomuceno

Letra de Tomás Lopes

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que tua glória conta!
Terra, o teu nome e a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha – esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E despertando, deslumbrada, ao vê-las
Ressoa a voz dos ninhos...
Há de florir nas rosas e nos cravos
Rubros o sangue ardente dos escravos.

Seja teu verbo a voz do coração,
verbo de paz e amor do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão.
Peito que deu alívio a quem sofria
e foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada!
Que importa que no seu barco seja um nada
Na vastidão do oceano,
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros!

Sim, nós te amamos, em aventuras e mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florir em meses, nos estios
E bosques, pelas águas!
selvas e rios, serras e florestas
Brotem no solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal
sobre as revoltas águas dos teus mares!
E desfraldado diga aos céus e aos mares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foi na paz da cor das hóstias brancas!

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ**

Inesp

José Ilário Gonçalves Marques
Presidente

Gráfica do Inesp

Ernandes do Carmo
Coordenador

**Francisco de Moura,
Hadson França e João Alfredo**
Equipe Gráfica

Aurenir Lopes e Tiago Casal
Equipe de Braille

Carol Molfese e Mário Giffoni
Equipe de Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)
Equipe de Design Gráfico

Lúcia Jacó e Vânia Rios
Equipe de Revisão

**Email: inesp@al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-3701
Fax: (85) 3277-3707**



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Av. Desembargador Moreira 2807,
Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará
Site: www.al.ce.gov.br
Email: inesp@al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-2500

